PROTOCOLO GERAL

INEXIGIBILIDADE.

65323.000060/2026-72

Nr: 30/2026

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/ 1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

INEXIGIBILIDADE.

ANEXOS OBJETO: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EM PEDIATRIA E QUADRIL

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1 – SUP DOC				17			
2 -				18			
3				19			
4				20			
5				21			
6				22			
7				23			
8				24			
9				25			
10				26			
11				27			
12				28			
13				29			
14				30			
15				31			
16				32			

Assunto: Inexigibilidade de Licitação (Credenciamento de OCS)
Do Presidente da Comissão Especial de Credenciamento
Ao Sr. Fiscal Administrativo
Anexos: Relatório Circunstanciado da CEC

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Solicito-vos com base no Inciso IV, do art. 74 da Lei n° 14.133 de 10 de abril de 2021, a realização de inexigibilidade de licitação para credenciamento da Organização Civil de Saúde (OCS) a seguir especificada, por aceitar os preços tabelados no Edital de Credenciamento 1/2024- PMGURB, para as despesas com a prestação complementar de serviços de assistência médico-hospitalar na especialidade Ortopedia e Traumatologia em Pediatria/Adulto e Quadril aos pacientes do SAMMED/FuSEx/PASS que serão encaminhados pelo PMGURB:

Nº inex	CNPJ	OCS	ESPECIALIDADE	VIGÊNCIA	VALOR ESTIMADO
	42.020.424/0001-68	MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS	ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EM PEDIATRIA E QUADRIL	5 (cinco) anos, prorrogáveis por mais 5 anos.	R$ 160.000,00

DESPACHO FISCAL ADMINISTRATIVO

1. Aprovo a contratação do objeto em tela;
2. Submeter à apreciação do Ordenador de Despesas.

DESPACHO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Autorizo a contratação do objeto em tela;
2. Ratifico e aprovo as justificativas da necessidade do objeto;
3. Seja encaminhado para a SALC providenciar as medidas administrativas legais necessárias;

Rio Branco, AC, 05 de janeiro de 2026

[redacted]

ISA MENEZES BEZERRA – Maj
Chefe do PmedGuRBO

[redacted]

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Fisc Adm Cmdo Fron ACRE/4º BIS

[redacted]

FÁBIO ROBERTO SANTOS ALCÂNTARA – Cel
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron ACRE/4º BIS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO

DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS

Declaro que a contratação de serviços médicos, ambulatoriais e hospitalares visa atender as necessidades dos usuários do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco e são consideradas de natureza contínua. Tal fato, pode ser observado nos Relatórios de Guias Auditadas, do Sistema de Registro de Encaminhamentos dos últimos três anos desta UG-FuSEx.

Rio Branco, AC, 05 de janeiro de 2026

[redacted]

SÂMAR[redacted]RA - Ten
Chefe da Seção FUSEx[redacted]uarnição de Rio Branco

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO

CARTA-PROPOSTA

Razão Social: Menezes e Vito serviços Médicos	CNPJ:42.020.424/0001-68
Endereço:Rua Antunes de Alencar,152 – Bosque – Rio Branco AC	Telefone/fax 99935 1111
Área de Atuação: Ortopedia e traumatologia	Especialidade: Pediátrica e quadril
Representante Legal: Marco Antonio Menezes Pimenta	CPF: [redacted]

O interessado acima identificado vem requerer à Comissão Especial de Credenciamento do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva a respectiva habilitação para contratação, declarando total concordância com as condições estabelecidas no Edital de Convocação nº 01/2024 da Comissão Especial de Credenciamento (CEC), e em seus anexos, inclusive com os valores e instruções constantes na Lista Referencial de Procedimentos Médico-hospitalares e Ambulatoriais do SAMMED/FuSEx do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco para credenciamentos, divulgação no site https://pncp.gov.br/app/editais/00394452000103/2025/12775. Para tanto, foram devidamente anexadas as documentações exigidas, bem como passamos a prestar as informações a seguir:

1) Relação do Corpo Clínico:

Nome	**Nr Registro Conselho**
Marco Antonio Menezes Pimenta	**2528**

2) Relação de Especialidades:
Ortopedia Pediátrica e quadril

3) Relação de Serviços: (Obs.: esta relação pode ser colocada de forma anexa à carta proposta)

Código CBHPM	**Descrição do Procedimento**	**Valor (R$)**

4) Relação de Equipamentos Técnicos:

5) Dias e Horários de Atendimento: Segunda a sexta 08h-12h 13h-17h

6) Dados Bancários:		
Banco: Banco do Brasil	**Agência:71-0**	**Conta-Corrente: 79271-3**

7) Endereço eletrônico para recebimento de informações (E-mail):

marco.ampimenta@hotmail.com

8) Telefones para:
Diretoria: 99935-1111
Recebimento de informações contratuais:99935-1111
Recebimento de informações técnicas/pagamento/encaminhamento/procedimentos: 99935-1111
Atendimento ao cliente por setor: 99935-1111
Marcação:999351111

As documentações inerentes à habilitação encontram-se anexadas rigorosamente na seguinte ordem:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA	
1.1	Carta Proposta devidamente preenchida
1.2	Cédula de identidade do(s) representante(s) legal (is).
1.3	Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual.
1.4	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrada no Órgão competente, e no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, se for o caso, procurações que outorguem poderes a terceiros.
1.5	Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
1.6	Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
1.7	Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
1.8	Em caso de cooperativas, conforme o art. 19, § 3º, da IN SLTI/MPOG nº 2/2008: **1.8.1.** Inscrição do ato constitutivo deve estar acompanhada de prova dos responsáveis legais; **1.8.2.** Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual se houver; **1.8.3.** Ata de Fundação; **1.8.4.** Caso tenha o Estatuto Social, encaminhar com a Ata da Assembleia; **1.8.5.** Regimento dos Fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da Assembleia que os aprovou; **1.8.6.** Editais de Convocação das 03 (três) últimas assembleias extraordinárias; e **1.8.7.** Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

2. REGULARIDADE FISCAL	
2.1	Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) para as firmas individuais.
2.2	Certidão Conjunta quanto à Dívida Ativa da União e Receita Federal – poderá constar no SICAF.
2.3	Certidão Negativa de Débito INSS (prova de regularidade relativa à segurid. social) – poderá constar no SICAF.
2.4	Certidão de Regularidade Fiscal (prova de regularidade relativa ao FGTS) – poderá constar no SICAF.
2.5	Certidão Negativa de Débito Trabalhista – poderá constar no SICAF – poderá constar no SICAF.
2.6	Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual – poderá constar no SICAF
2.7	Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal. – poderá constar no SICAF.

3. DECLARAÇÃO	
3.1	Declaração nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal
3.2	Declaração de Concordância com as Condições da Edital
3.2	Declaração de Sustentabilidade Ambiental

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	
4.1	Registro ou inscrição da entidade ou prestador de serviço no Conselho de Classe respectivo.
4.2	Atestado de capacidade técnica (Carta Referência) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o interessado prestou, a contento, serviço pertinente e compatível em características com o objeto deste Edital de Credenciamento.
4.3	Diploma de Graduação.
4.4	O responsável técnico deverá comprovar experiência na área pretendida, mediante apresentação da declaração de Responsabilidade Técnica perante o Conselho de Classe Profissional.
4.5	Alvará de localização de funcionamento válido.
4.6	Alvará de autorização sanitária válido.
4.7	**4.7.1.** Alvará de autorização e/ou Alvará de localização de funcionamento vencido(s): **4.7.1.1.** Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária. **4.7.2.** Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias): **4.7.2.1.** Documento a ser apresentado alvará de autorização sanitária válido. **4.7.3.** Situação: requerimento superveniente a instituição da empresa: **4.7.3.1.** Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária. **4.7.4.** Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial: **4.7.4.1.** Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

Obs.:

1. Para habilitação em especialidades odontológicas, devem ser juntadas provas de inscrição junto ao respectivo CRO na condição de especialista.
2. Os serviços abaixo relacionados estão restritos aos detentores do respectivo título de especialização:
   a. Cirurgia Buco-maxilo-facial;
   b. Endodontia;
   c. Periodontia;
   d. Prótese Fixa, acima de 05 (cinco) elementos;
   e. Estomatologia;
   f. Implantodontia;
   g. Odontopediatria;
   h. Ortodontia;
   i. Ortopedia Funcional dos Maxilares;
   j. Radiologia Odontológica; e
   k. Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial.

Rio Branco-AC, 10 de dezembro de 2025.

[redacted]

Marco Antonio Menezes Pimenta

3) Relação de Serviços: (Obs.: esta relação pode ser colocada de forma anexa à carta proposta)		
Código CBHPM	**Descrição do Procedimento**	**Valor (R$)**
	Consultas em ortopedia e traumatologia	**350,00**

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ITEM INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O interessado abaixo identificado DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade.

IDENTIFICAÇÃO	
Empresa: Menezes e Vito Serviços Medicos	CNPJ: 42.020.424/0001-68
Signatário (s): Marco Antonio M. Pimenta	CPF: 006004411-05

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos de idade, na condição de aprendiz?

SIM	NÃO
	X

Em Rio Branco, 05/12/25.
(Local, data)

[redacted]
(Representante Legal)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

O interessado abaixo identificado, **DECLARA**, para fins de credenciamento no Edital de Credenciamento Nr 01/2024, do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, que concorda integralmente com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

IDENTIFICAÇÃO	
Empresa: Menezes e Vito serviços médicos	CNPJ: 42.020.424/0001-68
Signatário(s) marco Antonio M. Pimenta	CPF: [redacted]

Rio Branco-AC, 05 de dezembro de 2025.

[redacted]

Marco Antonio Menezes Pimenta

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Menezes e Vito serviços médicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.020.424/0001-68, Rua Antunes de Alencar, 152, Bosque, Rio Branco - AC por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr Marco Antonio Menezes Pimenta infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº [redacted] e do CPF/MF nº [redacted] para os fins de habilitação no Edital de Credenciamento nº 1/2024 do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, **DECLARA** expressamente que cumpre como o determinado nas seguintes normas abaixo relacionadas referentes a sustentabilidade sobre os aspectos de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores, processamento de produtos de saúde e destinação ambiental de resíduos de saúde:

a. Norma regulamentadora nº 32/ABNT que trata da proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral;

b. Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – ANVISA que trata das boas práticas em processamento de produtos de saúde; e

c. Resolução nº 258/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 306/2004 – ANVISA que trata da destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Rio Branco-AC, 05 de dezembro de 2025

[redacted]

Marco Antonio Menezes Pimenta

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Processo n° **65323.000060/2026-72**
2. Objeto: Credenciamento de OCS para prestação complementar de serviços de assistência médico-hospitalar na especialidade **Ortopedia e Traumatologia em Pediatria/Adulto e Quadril.**
3. Valor anual estimado do credenciamento: R$ 160.00,00 (cento e sessenta mil reais).

4. Justificativa da rubrica orçamentária: O credenciamento é uma modalidade de "contratação" que não gera compromisso do Credenciante em utilizar os serviços disponíveis do Credenciado. Os serviços, encaminhados aos Credenciados durante a vigência do Termo de Contrato de Credenciamento, estão condicionados a existência de previsão de saldos disponibilizados mensalmente no Sistema de Registro de Encaminhamento — SIRE, controlados pela 12° Região Militar Manaus, saldos estes que refletem a existência de créditos a serem provisionados. Os créditos necessários para o cumprimento das obrigações são recebidos mediante nota de crédito no SIAFI, que são geradas somente após as guias de encaminhamento serem lisuradas e auditadas, vinculando assim o saldo disponível no SIRE (previsão) com os créditos a serem recebidos, que são administrados pela Diretoria de Saúde do Exército em Brasília. Sendo assim, as informações possíveis sobre dotação orçamentária encontram-se abaixo discriminadas:

> Para OCS: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000142, Programa de Trabalho Resumido 215845, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno D8SAFUSOCSA; Fonte de Recursos 1005000142, Programa de Trabalho Resumido 215844, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno D8SACIVOCSA; Fonte de Recursos 1000000000, Programa de Trabalho Resumido 215842, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno D8SAFCTOCSA e Fonte de Recursos 1000000000, Programa de Trabalho Resumido 215843, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno D8SAECBOCSA.

Eu, face ao acima exposto e no exercício da função de Ordenador de Despesas, nos termos do § 1° do art. 80 do Decreto-lei 200/67 e dos incisos I e II do art. 167 da CRFB/1988, bem como do inciso IV do Art. 72 e do art. 150, da Lei 14.133/21, declaro que há dotação orçamentária suficiente para a cobertura da despesa estimada que se pretenda realizar, caso seja necessário, para o período da vigência do contrato, conforme objeto, valor e rubrica orçamentária.

Rio Branco, AC, 05 de janeiro de 2026

[redacted]

FÁBIO ROBERTO SANTOS ALCÂNTARA – Cel
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron ACRE/4º BIS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO

PARECER TÉCNICO

Declaro para os devidos fins que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive o detalhamento da contratação, suas características e requisitos, bem como quanto à avaliação do preço estimado, foram regularmente determinadas pelo setor técnico competente com base no melhor atendimento às necessidades e sempre tendo como parâmetro elementos técnicos e objetivos, com a finalidade de subsidiar a seleção e o credenciamento da Organização Civil de Saúde (OCS) **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS**, do CNPJ: **42.020.424/0001-68,** para prestação de serviços ao Comando de Fronteira Acre/ 4° Batalhão de Infantaria de Selva.

Rio Branco, AC, 05 de janeiro de 2026

[redacted]

SÂM A - Ten
Chefe da Seção FU arnição de Rio Branco

d. ASSUNTOS DIVERSOS

COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO - Nomeação

Designo o militar abaixo relacionado, a contar desta data, para compor a Com[redacted] de OCS/PSA:

Cap **IZABEL** ALIMA FIGUEIREDO SARQUIS
1º Ten LUCAS **CALIXTO** NOGUEIRA DA SILVA
1º Ten JULLIAN TORRES **BRAZ** DA SILVA
1º Ten **SÂMARA** ALVES MOREIRA
1º Ten STANLEY **NÚRIA** DE SALLES SOUZA
Asp Of RENAN **CAVALCANTE** DE LIMA
3º Sgt **JECIANE** CUNHA DOS SANTOS LIMA

Em consequência:
a) Destituo a Comissão de credenciamento anteriormente publicada.
b) O SCmt, a Ch PMGuRB, o S1, a SALC e os interessados da comissão tomem conhecimento e as providências decorrentes.
(Nota nº 109317- PMGuRB, de 17 JUN 25)

e. SERVIÇOS DE SAÚDE

1) INSPEÇÃO DE SAÚDE - Ordem

Seja submetido à Inspeção de Saúde pelo AMP - Agente Médico Pericial, para fins de Término de Incapacidade Temporária.

Sd EP CARLOS HENRIQUE LIMA **ROIZ**
Sd EP LUCAS RAFAEL **OZORIO** DE FREITAS
Sd EV ADRIANO **UMBELINO** DE OLIVEIRA MOURA
Sd EV **KAUAN** AZAFE BEZERRA DA **SILVA**
Sd EV **JHONATA RIBEIRO** DE ALMEIDA
Sd EV **LIAN MARTINS** DE OLIVEIRA

Em consequência:
- O SCmt, o S1, o Cmt CCAp, o militar acima e demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.
(Nota Nº 109392 - Seção de Saúde, de 23 JUN 25)

2) INSPEÇÃO DE SAÚDE – Resultado

Foi submetido à inspeção de saúde, pelo MPOM VII/Rio Branco (Cmdo Fron AC/4º BIS), Asp Of CAMILO PEREIRA FONSECA, CRM 3477/AC, para fins de Tratamento ou Avaliação de Tratamento de Ex-Militares, conforme cópia de Ata de Inspeção de Saúde 39/2025, sessão 027/2025, de 17 JUN 25, obtendo o parecer: Curado, não necessita mais de tratamento.

Observação:
Militar com quadro estabilizado recebeu alta do médico especialista.

Ex-Militar PEDRO DE ARAÚJO **D´AVILA** (ENCOSTADO)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
Batalhão Plácido de Castro

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 65323.000060/2026-72
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Esta Comissão Especial de Credenciamento, após a realização da análise da documentação apresentada, conforme as condições de habilitação estabelecidas no Edital de Credenciamento n° 1/2024- PMGURB, pela OCS**: MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS,** inscrita no CNPJ sob o número **42.020.424/0001-68**, Rua Antunes de Alencar nº 152, Bairro Bosque, na cidade de Rio Branco- AC, CEP: 69900-481, e-mail: marco.ampimenta@hotmail.com, telefone:(68) 99935-1111 é de parecer favorável ao seu credenciamento para a prestação complementar de serviços de assistência médico-hospitalar na especialidade **Ortopedia e Traumatologia em Pediatria/Adulto e Quadril**, aos pacientes serem encaminhados pelo Posto Médico de Guarnição de Rio Branco.

Rio Branco, AC, 05 de janeiro de 2026

[redacted]

IZABEL ALIMA FIGUEIREDO SARQUIS – Cap
Presidente da Comissão Especial de Credenciamento

[redacted]

JULLIAN [redacted]SILVA – 1º Ten
Membro da Comissão Especial de Credenciamento

[redacted]

JECIANE CUNHA DOS SANTOS LIMA – 3º SGT
Membro da Comissão Especial de Credenciamento

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (05/01/2026 às 13:01) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [redacted]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 695B.E057.A514.4887 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA**

CPF/CNPJ[redacted]

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 12:58:42 do dia 05/01/2026 , com validade até o dia 04/02/2026.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: MulUWd7vudGnSIg8uyW0

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ILMO. SENHOR REGISTRADOR DA SERVENTIA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE RIO BRANCO – ACRE.

A Sociedade **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES**, estabelecida Rua Milton Matos, nº 321, Sala 09, Bairro Bosque, CEP 69.900-634, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre. CEP 69.900-481, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº **42.020.424/0001-68**, por seu representante legal o Sr. **MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA**, brasileiro, natural de Aparecida do Taboado, Estado do Mato Grosso do Sul, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 05/07/1989, médico, CRM/AC 2528, portador da Cédula de identidade nº [redacted] SSP/MS, e inscrito no CPF sob o nº [redacted] residente domiciliado em Avenida Recanto Verde, nº 350, Quadra 1, Casa 30, Cond. Riviera Dei Fiori, Bairro Conjunto Mariana, CEP: 69.919-182, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, que ao final subscreve, vem perante V.S.ª solicitar **o registro/averbação 1ª alteração e consolidação do contrato social,** da referida Sociedade.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Rio Branco/Acre, 16 de novembro de 2022

[redacted]

MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF nº [redacted]

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
0054 86
Z 2022
R.R.da Silva
adora Interina
[redacted]

atendimento@grupodueti.com.br contato 68 3224-4109

RTD / RCPJ
01

1ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES
CNPJ/MF: 42.020.424/0001-68

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
[redacted]
022
R.da Silva
ora Interina

Os abaixo assinados:

LARISSA MARIA DE VITO PIMENTA, brasileira, natural de Araraquara, Estado de São Paulo, casada sob regime de comunhão parcial de bens, nascida em 30/01/1992, médica, CRM/AC 2724, portadora da cédula de identidade nº [redacted] PC/AC, e inscrita no CPF sob o nº [redacted] residente e domiciliada na Avenida Recanto Verde, nº 350, Quadra 1, Casa 30, Cond. Riviera Dei Fiori, Bairro Conjunto Mariana, CEP: 69.919-182, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre;

MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA, brasileiro, natural de Aparecida do Taboado, Estado do Mato Grosso do Sul, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 05/07/1989, médico, CRM/AC 2528, portador da Cédula de identidade nº [redacted] SSP/MS, e inscrito no CPF sob o nº [redacted], residente domiciliado em Avenida Recanto Verde, nº 350, Quadra 1, Casa 30, Cond. Riviera Dei Fiori, Bairro Conjunto Mariana, CEP: 69.919-182, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre; Únicos sócios da sociedade simples pura **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES,** constituída legalmente por contrato social devidamente registrado sob o nº 5486, Livro A – 337, às folhas 28/36, Serventia de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Município de Rio Branco, Estado do Acre, com sede estabelecida à Rua Antunes de Alencar, nª 45, andar 01, sala 03 A, Bairro Bosque, Município de Rio Branco, Estado do Acre, CEP 69.900-481, e, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº **42.020.424/0001-68**, resolvem, na melhor forma do direito, alterar seu contrato primitivo e posteriores alterações, regida pelos artigos 997 e ss. c/c art. 1.150 do Código Civil, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade simples pura com sede estabelecida na Rua Antunes de Alencar, nº 45, andar 01, sala 03 A, Bairro Bosque, CEP 69.900-481, ***passará,*** a partir da data do arquivamento, para ***Rua Milton Matos, nº 321, Sala 09, Bairro Bosque, CEP 69.900-634, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre***.

CLÁUSULA SEGUNDA: A presente sociedade simples pura **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES,** tem por objetivo social

86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas;
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares.

Passando para:

86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas;
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam inalteradas ainda as demais cláusulas, tudo conforme contrato social consolidado abaixo, que passa a valer para todos os fins de direito, revogando-se as disposições em contrário e/ou ora alteradas.

[redacted]

RTD / RCPJ
04

Em face das ALTERAÇÕES acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES
CNPJ/MF 42.020.424/0001-68

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente SOCIEDADE SIMPLES PURA girará sob a denominação de **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES.**

Parágrafo Primeiro. A sociedade usa o nome fantasia de: **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS.**

Parágrafo Segundo. Os sócios declaram não exercer atividade econômica empresarial e sim atividade econômica simples pura, sendo sociedade prestadora de serviços de natureza intelectual e/ou técnica, nos termos do artigo 966, § único da Lei nº.:10.406/02 (Código Civil).

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES,** tem o objetivo social prestar.

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
005486
2022
R.R.da Silva
dora Interina

86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas;
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgi[redacted]
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementa[redacted]
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente.

Parágrafo Único. O objeto social descrito acima poderá ser exercido em ambiente de terceiros.

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES,** tem sua sede estabelecida à Rua Milton Matos, nº 321, Sala 09, Bairro Bosque, CEP 69.900-634, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade iniciou suas atividades em 10/05/2021 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA. Fica eleito o foro desta comarca para qualquer ação fundada neste contrato renunciando-se a qualquer outro por mais especial que seja.

CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA. Capital social é de R$ 2.000,00 (dois mil reais), divididos em 2.000 (duas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do país e distribuídas aos sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR NOMINAL R$	VALOR R$	%
LARISSA MARIA DE VITO	1.000	1,00	1.000,00	50
MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA	1.000	1,00	1.000,00	50
TOTAL	**2.000**	**1,00**	**2.000,00**	**100**

[redacted]

[redacted]

RTD / RCPJ

Parágrafo Primeiro. Segundo disposição do artigo 997, inciso VIII da Lei nº.: 10.406/02 (Código Civil), fica expresso que os sócios respondem ilimitada e subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo Segundo. As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social. A cessão das quotas obedecerá ao procedimento estabelecido na cláusula oitava.

CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA. As quotas somente poderão ser cedidas a terceiros, após terem sido oferecidas preferencialmente aos sócios, em iguais condições, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, para que possam exercer ou não, o direito de preferência. Decorrida esse prazo e observada igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros, contudo este, deverá, possui a mesma capacidade intelectual dos sócios, tendo também, a obrigação de apresentar a esta sociedade, antes da vossa entrada, o registro REGULAR no conselho regional da mesma categoria dos sócios, ou seja, no CRM (Conselho Regional de Medicina).

Parágrafo Único. A notificação deverá ser por carta com aviso de recebimento (AR) e conter a quantidade de quotas e o preço por elas exigido.

CLÁUSULA OITAVA. Os sócios somente poderão exercer de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os sócios não o exercerem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas preferencialmente aos terceiros, tendo este à obrigação de apresentar os requisitos descritos na Cláusula 6ª (sexta), observando que esta aquisição se faça sem prejuízo do capital social.

CLÁUSULA NONA. Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios ou por terceiros, a totalidade do aumento, os sócios farão a alteração do contrato, nos termos da Lei n°.: 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA: Não exercido o direito de preferência pelos sócios ou pela sociedade, o cedente estará automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indicado anteriormente, conforme exigência da cláusula 7ª (sétima), parágrafo único.

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A sociedade será administrada pelos sócios **LARISSA MARIA DE VITO PIMENTA e MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA,** supra qualificados, por meio deste instrumento, nos termos do artigo art. 997, VI, da Lei n°. 10.406/2002. O (s) sócio (s) administrador (es) são considerados investidos em suas funções na data da assinatura deste instrumento.

Parágrafo Primeiro. Todos os cheques, saques, duplicata, aceitos ou endossados e outros títulos negociáveis, bem como a abertura e fechamento de contas bancárias, deverão ser assinados pelos sócios, juntos ou em separados, ou pelo procurador expressamente indicado para os fins previstos.

Parágrafo Segundo. O uso da denominação social é privativo do administrador nomeado, o qual responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este estatuto ou determinações da lei.

Parágrafo Terceiro. O administrador declara não estar impedido por lei, e que nunca foi condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

[redacted]

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
[redacted]0 5 4 8 6
[redacted] DEZ 2022

[redacted]

RTD / RCPJ

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O administrador tem o dever de diligência e lealdade, nos termos estabelecidos no artigo 1.011 da Lei n°10.406/2002, bem como fica obrigado a prestar contas e informações aos demais sócios, da sua administração, apresentando – lhes balancetes mensais, inventário anual, relatório da administração, demonstrações financeiras e respectivo Balanço Patrimonial, quando do encerramento do exercício social, ou excepcionalmente quando solicitado por escrito e com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O administrador é atribuído de plenos poderes, internos e externos, necessários à realização do objeto da sociedade, o qual o autoriza a representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir bens móveis e imóveis, inclusive outorgar procuração em nome da sociedade, quando a prática de qualquer ato assim o exigir, vedado, no entanto a alienação ou oneração de bens imóveis sem o consentimento da maioria dos demais sócios, consoante artigo 1.015 da Lei nº.: 10.406/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. É vedado ao administrador, bem como a qualquer procurador, ainda que devidamente constituído, obrigar a sociedade em operações estranhas ao objeto social, tais como fiança, aval, endosso, aceite e de todo e qualquer título de favor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Dependem da deliberação dos sócios quotistas, consoante quóruns previstos na Lei n°.: 10.406/2002.

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
406
EZ 2022
R.R.da Silva
radora Interina

a) a aprovação das contas da administração;
b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
c) a destituição dos administradores;
d) modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
e) a modificação deste contrato social;
f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquid
g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. Os sócios, por unanimidade, deliberam por não constituir Conselho Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA A sociedade poderá remunerar o administrador mediante pagamento mensal de pró-labore, o qual será definido pelos sócios, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. Todas as decisões da sociedade serão deliberadas através de alteração contratual, quando necessária. (artigo 1.010 da Lei n°.: 10.406/2002).

RETIRADA, EXCLUSÃO DE SÓCIO E RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DE UM SÓCIO EM RELAÇÃO À SOCIEDADE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. Qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, mediante notificação aos demais, a qualquer tempo por vontade própria, por discordância em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, bem como a destinação das quotas que lhe competir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA. A morte de qualquer sócio não dissolve a sociedade, e nesta hipótese, os sócios remanescentes farão levantar balanço específico para acerto das contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, contudo os herdeiros não poderão ingressar na sociedade, salvo se cumprirem os requisitos da Cláusula 6ª (sexta). Enquanto não houver nomeação de inventariante os haveres do sócio falecido poderão ser depositados em conta bancária aberta especialmente para esse fim. Aplica-se ainda em relação à morte de qualquer sócio os dispositivos legais contidos nos artigos da Lei n°.: 10.406/2002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. Será excluído da sociedade, por atos e inegável gravidade ou justa causa, observando o comando legal dos artigos 1.030 e 1.085 da Lei n°.: 10.406/2002, o sócio que praticar,

RTD / RCPJ

habitualmente ou não (falta grave): a) calúnia; b) concorrência desleal; c) abuso de poder em relação ao cumprimento deste instrumento legal e da lei que o rege; d) inadimplência de qualquer sócio em relação à integralização de quotas subscritas, observado o comando legal do artigo 1.004 da Lei n°.: 10.406/2002.

PAGAMENTO DE HAVERES POR RESOLUÇÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. Os haveres dos sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração do balanço levantado especificamente para esse fim, na data da resolução, observando o comando legal dos artigos 1.031 e ss. da Lei n°.: 10.406/2002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, se for até o montante de 5% (cinco por cento) do capital social ou em até 12 (doze) meses se superior, em prestações mensais iguais sucessivas, atualizadas por índice de correção monetária nacional acrescida de juros do capital social e respectivas reservas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. No prazo de até 30 (trinta) dias será levantado o balanço da sociedade, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento. Considera – se como data do evento, a data da notificação feita por sócio dissidente de alteração contratual; a data da morte do sócio; a data do requerimento do sócio retirante voluntario pelo fim de afeição societária; ou a data de qualquer outro evento que dê causa à apuração de haveres como a data de sentença de execução de quotas artigo 1.026 da Lei n°.: 10.406/2002 ou data da incapacidade superveniente atestada por médico, ou sentença judicial ou data em que tiver mora o sócio que subscreveu e não integralizou as quotas do capital social.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E SOCIAIS E DESTINO DOS RESULTADOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. O exercício social será encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que será procedido o levantamento do inventário, balanço patrimonial, balanço de resultado econômico, e depois apurado o resultado do exercício.

Parágrafo Primeiro. Será realizado ainda um balanço específico dos serviços prestados pela sociedade, individualizado por cada sócio prestador do respectivo serviço.

Parágrafo Segundo. Após as deduções previstas em lei e a formação das reservas e/ou investimentos que forem consideradas necessárias pelos sócios, os lucros ou prejuízos serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção dos serviços efetivamente executados por cada um deles, conforme balanço específico mencionado no parágrafo primeiro, independentemente de sua participação no capital social, respeitado ainda o disposto no parágrafo terceiro desta cláusula.

Parágrafo Terceiro. A distribuição dos lucros e/ou rateio das perdas aos sócios, efetuada conforme disposto nesta cláusula, depende da aprovação da unanimidade dos sócios, sendo, porém, ilícita a exclusão de qualquer um dos sócios de participar na distribuição de lucros ou rateio das perdas, conforme o caso.

Parágrafo Quarto. Poderão os sócios deliberar, por unanimidade, quando necessário, pela retenção ou capitalização parcial ou total dos lucros apurados e acumulados, bem como pela futura compensação de eventuais prejuízos acumulados, observada a legislação pertinente à matéria, ou, conforme o caso.

Parágrafo Quinto. Poderão os sócios proceder ao levantamento de balanços intermediários e efetuar antecipações nas distribuições de lucros, sendo responsabilizado o administrador e o sócio que efetuar ou receber distribuições de lucros fictícias ou ilícitas.

TRANSFORMAÇÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E REORGANIZAÇÃO SOCIETARIA

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
005486
29 DEZ 2022

[redacted]

RTD / RCPJ

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
486
2022
R.R.da Silva
Atendente Interina

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A sociedade, por deliberação dos sócios, poderá:

a) Transformar – se em outro tipo social;
b) Incorporar outra sociedade ou ser incorporada;
c) Fundir – se com outra sociedade;
d) Cindir – se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo se a versão for total ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Aos sócios dissidentes fica assegurado o direito de retirarem – se da sociedade nos termos da Lei n°. 10.406/2002, apurando – se seus haveres através de balanço levantado especificamente para esse fim.

DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA. A sociedade será dissolvida de pleno direito e consequentemente liquidada, observada a cláusula 15ª (décima quinta), nas hipóteses de anulada a sua constituição, exaurido o fim social, ou verificada a sua inexequibilidade; consenso unânime entre os sócios; deliberação dos sócios por maioria absoluta; falta de pluralidade dos sócios por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias; determinação judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA. Fica assegurada a possibilidade de continuidade da sociedade, em decorrência de sua função social, pela vontade de um ou mais sócios, se não houver impedimento legal, hipótese em que serão apurados e pagos os haveres dos demais quotistas mediante balanço apurado especificamente para esse fim.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. Em todas as hipóteses de dissolução, a maioria societária deverá eleger o liquidante, observados os termos do artigo 1.038 e seguintes da Lei n°.: 10.406/2002, arbitrando os seus honorários e fixando-se a data para o respectivo encerramento.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA. Os endereços dos sócios, constantes neste instrumento, são válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e demais comunicações, relativamente aos atos societários de seu interesse.

Parágrafo Único. É de exclusiva responsabilidade dos sócios e dos demais signatários manterem seus dados cadastrais atualizados junto á sociedade, fazendo – o sempre de forma escrita.

E por estarem em tudo justos e contratados na melhor forma de direito, firmam o presente instrumento em via única, de igual teor e forma, com a primeira via destinada a registro e arquivamento no competente Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na presença das testemunhas abaixo identificadas, elegendo o foro da comarca de sua sede social, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, para que produza todos os efeitos legais.

1° NOTAS Rio Branco-Acre

Rio Branco – AC, 16 de novembro de 2022.

LARISSA MARIA DE VITO PIMENTA
SÓCIA-ADMINISTRADORA
CPF nº

MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF nº

RTD / RCPJ 09 Folha Rio Branco-Ac

Testemunhas:

1. _____

2. _____

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

COMARCA DE RIO BRANCO - ACRE
Registro Civil
Rio Branco – Acre – Fone: (68) 3224-9112

1º Tabelionato de Notas
Av. Ceará, nº 2513, Sala 04, Bairro
Reconheço por SEMELHANÇA
MARCO ANTONIO MENEZES
Do que dou fé. Rio Branco -AC,
Custas e Emolumentos

COMARCA DE RIO BRANCO - ACRE
Oficial de Registro Civil
Rio Branco – Acre – Fone: (68) 3224-9112

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina - RTD/RCPJ
Rua Silvestre Coelho, 334 - Ipase - CEP: 69900-383 - Rio Branco - Acre
Fone: 68-3223-8401 - E-mail: rtd.riobranco@gmail.com

1° Alter[redacted]l - Protocolo nº **22839**. **Registro** nº **5486** A[redacted]**382** Fls **69/77**

Adelc[redacted]Silva - Oficial Registradora Interina
Emolume[redacted]Fundo Fisc. R$ 42,99; Fundo Comp R$ 21,50; Tc[redacted]
A500008[redacted]0008A58-057E1, A500008A59-309A7, A500008A5A-9724F, A500008A5B-7B808

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina - RTD/RCPJ
Rua Silvestre Coelho, 334 - Ipase - CEP: 69900-383 - Rio Branco - Acre
Fone: 68-3223-8401 - E-mail: rtd.riobranco@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A500008A57 - Chave: C307F 4A6
Data/Hora: 29/12/2022 15:01:14
Camily Vitoria Negreiro da Silva
Valor Total: R$ 56,10
Fecom:R$ 2,82 - Funej: R$ 5,61
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

[redacted]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina - RTD/RCPJ
Rua Silvestre Coelho, 334 - Ipase - CEP: 69900-383 - Rio Branco - Acre
Fone: 68-3223-8401 - E-mail: rtd.riobranco@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A500008A58 - Chave: 057E1 6G5
Data/Hora: 29/12/2022 15:01:14
Camily Vitoria Negreiro da Silva
Valor Total: R$ 49,50
Fecom:R$ 2,47 - Funej: R$ 4,95
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

[redacted]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina - RTD/RCPJ
Rua Silvestre Coelho, 334 - Ipase - CEP: 69900-383 - Rio Branco - Acre
Fone: 68-3223-8401 - E-mail: rtd.riobranco@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A500008A59 - Chave: 309A7 4B2
Data/Hora: 29/12/2022 15:01:14
Camily Vitoria Negreiro da Silva
Valor Total: R$ 44,80
Fecom:R$ 2,24 - Funej: R$ 4,48
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

[redacted]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina - RTD/RCPJ
Rua Silvestre Coelho, 334 - Ipase - CEP: 69900-383 - Rio Branco - Acre
Fone: 68-3223-8401 - E-mail: rtd.riobranco@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A500008A5A - Chave: 9724F 4A3
Data/Hora: 29/12/2022 15:01:14
Camily Vitoria Negreiro da Silva
Valor Total: R$ 78,30
Fecom:R$ 3,92 - Funej: R$ 7,83
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

[redacted]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina - RTD/RCPJ
Rua Silvestre Coelho, 334 - Ipase - CEP: 69900-383 - Rio Branco - Acre
Fone: 68-3223-8401 - E-mail: rtd.riobranco@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A500008A5B - Chave: 7B808 4A4
Data/Hora: 29/12/2022 15:01:15
Camily Vitoria Negreiro da Silva
Valor Total: R$ 201,20
Fecom:R$ 10,06 - Funej: R$ 20,12
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO
MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES

Os abaixo assinados:

LARISSA MARIA DE VITO, brasileira, natural de Araraquara, Estado de São Paulo, solteira, maior e capaz, nascida em 30/01/1992, médica, CRM/SP 193140, portadora da cédula de identidade nº [redacted] SSP/SP, e inscrita no CPF sob o nº [redacted], residente e domiciliada na Avenida Recanto Verde, nº 350, Quadra 1, Casa 30, Cond. Riviera Dei Fiori, Bairro Conjunto Mariana, CEP: 69.919-182, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre;

MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA, brasileiro, natural de Aparecida do Taboado, Estado do Mato Grosso do Sul, solteiro, maior e capaz, nascido em 05/07/1989, médico, CRM/AC 2528, portador da Cédula de identidade nº [redacted] SSP/MS, e inscrito no CPF sob o nº [redacted], residente domiciliado em Avenida Recanto Verde, nº 350, Quadra 1, Casa 30, Cond. Riviera Dei Fiori, Bairro Conjunto Mariana, CEP: 69.919-182, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre; neste ato e por este instrumento resolvem, na melhor forma do direito, nos termos da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), a constituição da **SOCIEDADE SIMPLES PURA**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes e pela legislação especifica que disciplina essa forma societária:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente sociedade simples pura gira sob a denominação **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES.**

Parágrafo Primeiro. A sociedade usa o nome fantasia de: **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS.**

Parágrafo Segundo. Os sócios declaram não exercer atividade econômica empresarial e sim atividade econômica simples pura, sendo sociedade prestadora de serviços de natureza intelectual e/ou técnica, nos termos do artigo 966, § único da Lei nº.:10.406/02 (Código Civil).

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES,** tem o objetivo social prestar serviços médicos ambulatoriais restrito a consultas, serviços médicos ambulatoriais com recursos para realização de exames complementares, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos.

Parágrafo Único. O objeto social descrito acima poderá ser exercido em ambiente de terceiros.

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES,** terá sede estabelecida à **Rua Antunes de Alencar, nº 45, Andar 1, Sala 03 B, Bairro Bosque, CEP 69.900-481, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre**.

Parágrafo Único. A sociedade terá início às suas atividades a partir da data do arquivamento deste contrato e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA. Fica eleito o foro desta comarca para qualquer ação fundada neste contrato renunciando-se a qualquer outro por mais especial que seja.

CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

CLÁUSULA QUINTA. Capital social é de R$ 2.000,00 (dois mil reais), divididos em 2.000 (duas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do país e distribuídas aos sócios, da seguinte forma:

[redacted]

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR NOMINAL R$	VALOR R$	%
LARISSA MARIA DE VITO	1.000	1,00	1.000,00	50
MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA	1.000	1,00	1.000,00	50
TOTAL	**2.000**	**1,00**	**2.000,00**	**100**

Parágrafo Primeiro. Segundo disposição do artigo 997, inciso VIII da Lei nº.: 10.406/02 (Código Civil), fica expresso que os sócios respondem ilimitada e subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo Segundo. As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social. A cessão das quotas obedecerá ao procedimento estabelecido na cláusula oitava.

CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA. As quotas somente poderão ser cedidas a terceiros, após terem sido oferecidas preferencialmente aos sócios, em iguais condições, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, para que possam exercer ou não, o direito de preferência. Decorrida esse prazo e observada igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros, contudo este, deverá, possui a mesma capacidade intelectual dos sócios, tendo também, a obrigação de apresentar a esta sociedade, antes da vossa entrada, o registro REGULAR no conselho regional da mesma categoria dos sócios, ou seja, no CRM (Conselho Regional de Medicina).

Parágrafo Único. A notificação deverá ser por carta com aviso de recebimento (AR) e conter a quantidade de quotas e o preço por elas exigido.

CLÁUSULA SETIMA. Os sócios somente poderão exercer de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os sócios não o exercerem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas preferencialmente aos terceiros, tendo este à obrigação de apresentar os requisitos descritos na Cláusula 6ª (sexta), observando que esta aquisição se faça sem prejuízo do capital social.

CLÁUSULA OITAVA. Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios ou por terceiros, a totalidade do aumento, os sócios farão a alteração do contrato, nos termos da Lei n°.: 10.406/2002.

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA NONA. A sociedade será administrada pelos sócios **LARISSA MARIA DE VITO e MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA,** supra qualificados, por meio deste instrumento, nos termos do artigo art. 997, VI, da Lei n°. 10.406/2002. O (s) sócio (s) administrador (es) são considerados investidos em suas funções na data da assinatura deste instrumento.

Parágrafo Primeiro. Todos os cheques, saques, duplicata, aceitos ou endossados e outros títulos negociáveis, bem como a abertura e fechamento de contas bancárias, deverão ser assinados pelos sócios, juntos ou em separados, ou pelo procurador expressamente indicado para os fins previstos.

Parágrafo Segundo. O uso da denominação social é privativo do administrador nomeado, o qual responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este estatuto ou determinações da lei.

Parágrafo Terceiro. O administrador declara não estar impedido por lei, e que nunca foi condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou

[redacted]

suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA. O administrador tem o dever de diligência e lealdade, nos termos estabelecidos no artigo 1.011 da Lei n°10.406/2002, bem como fica obrigado a prestar contas e informações aos demais sócios, da sua administração, apresentando – lhes balancetes mensais, inventário anual, relatório da administração, demonstrações financeiras e respectivo Balanço Patrimonial, quando do encerramento do exercício social, ou excepcionalmente quando solicitado por escrito e com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O administrador é atribuído de plenos poderes, internos e externos, necessários à realização do objeto da sociedade, o qual o autoriza a representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir bens móveis e imóveis, inclusive outorgar procuração em nome da sociedade, quando a prática de qualquer ato assim o exigir, vedado, no entanto a alienação ou oneração de bens imóveis sem o consentimento da maioria dos demais sócios, consoante artigo 1.015 da Lei nº.: 10.406/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. É vedado ao administrador, bem como a qualquer procurador, ainda que devidamente constituído, obrigar a sociedade em operações estranhas ao objeto social, tais como fiança, aval, endosso, aceite e de todo e qualquer título de favor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Dependem da deliberação dos sócios quotistas, consoante quóruns previstos na Lei n°.: 10.406/2002.

a) a aprovação das contas da administração;
b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
c) a destituição dos administradores;
d) modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
e) a modificação deste contrato social;
f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os sócios, por unanimidade, deliberam por não constituir Conselho Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. A sociedade poderá remunerar o administrador mediante pagamento mensal de pró-labore, o qual será definido pelos sócios, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. Todas as decisões da sociedade serão deliberadas através de alteração contratual, quando necessária. (artigo 1.010 da Lei n°.: 10.406/2002).

RETIRADA, EXCLUSÃO DE SÓCIO E RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DE UM SÓCIO EM RELAÇÃO À SOCIEDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA. Qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, mediante notificação aos demais, a qualquer tempo por vontade própria, por discordância em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, bem como a destinação das quotas que lhe competir.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. A morte de qualquer sócio não dissolve a sociedade, e nesta hipótese, os sócios remanescentes farão levantar balanço específico para acerto das contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, contudo os herdeiros não poderão ingressar na sociedade, salvo se cumprirem os requisitos da Cláusula 6ª (sexta). Enquanto não houver nomeação de inventariante os haveres do sócio falecido poderão ser

[redacted]

depositados em conta bancária aberta especialmente para esse fim. Aplica-se ainda em relação à morte de qualquer sócio os dispositivos legais contidos nos artigos da Lei n°.: 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. Será excluído da sociedade, por atos e inegável gravidade ou justa causa, observando o comando legal dos artigos 1.030 e 1.085 da Lei n°.: 10.406/2002, o sócio que praticar, habitualmente ou não (falta grave): a) calúnia; b) concorrência desleal; c) abuso de poder em relação ao cumprimento deste instrumento legal e da lei que o rege; d) inadimplência de qualquer sócio em relação à integralização de quotas subscritas, observado o comando legal do artigo 1.004 da Lei n°.: 10.406/2002.

PAGAMENTO DE HAVERES POR RESOLUÇÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA. Os haveres dos sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração do balanço levantado especificamente para esse fim, na data da resolução, observando o comando legal dos artigos 1.031 e ss. da Lei n°.: 10.406/2002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, se for até o montante de 5% (cinco por cento) do capital social ou em até 12 (doze) meses se superior, em prestações mensais iguais sucessivas, atualizadas por índice de correção monetária nacional acrescida de juros do capital social e respectivas reservas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. No prazo de até 30 (trinta) dias será levantado o balanço da sociedade, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento. Considera – se como data do evento, a data da notificação feita por sócio dissidente de alteração contratual; a data da morte do sócio; a data do requerimento do sócio retirante voluntario pelo fim de afeição societária; ou a data de qualquer outro evento que dê causa à apuração de haveres como a data de sentença de execução de quotas artigo 1.026 da Lei n°.: 10.406/2002 ou data da incapacidade superveniente atestada por médico, ou sentença judicial ou data em que tiver mora o sócio que subscreveu e não integralizou as quotas do capital social.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E SOCIAIS E DESTINO DOS RESULTADOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. O exercício social será encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que será procedido o levantamento do inventário, balanço patrimonial, balanço de resultado econômico, e depois apurado o resultado do exercício.

Parágrafo Primeiro. Será realizado ainda um balanço específico dos serviços prestados pela sociedade, individualizado por cada sócio prestador do respectivo serviço.

Parágrafo Segundo. Após as deduções previstas em lei e a formação das reservas e/ou investimentos que forem consideradas necessárias pelos sócios, os lucros ou prejuízos serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção dos serviços efetivamente executados por cada um deles, conforme balanço específico mencionado no parágrafo primeiro, independentemente de sua participação no capital social, respeitado ainda o disposto no parágrafo terceiro desta cláusula.

Parágrafo Terceiro. A distribuição dos lucros e/ou rateio das perdas aos sócios, efetuada conforme disposto nesta cláusula, depende da aprovação da unanimidade dos sócios, sendo, porém, ilícita a exclusão de qualquer um dos sócios de participar na distribuição de lucros ou rateio das perdas, conforme o caso.

Parágrafo Quarto. Poderão os sócios deliberar, por unanimidade, quando necessário, pela retenção ou capitalização parcial ou total dos lucros apurados e acumulados, bem como pela futura compensação de eventuais prejuízos acumulados, observada a legislação pertinente à matéria, ou, conforme o caso.

[redacted]

Parágrafo Quinto. Poderão os sócios proceder ao levantamento de balanços intermediários e efetuar antecipações nas distribuições de lucros, sendo responsabilizado o administrador e o sócio que efetuar ou receber distribuições de lucros fictícias ou ilícitas.

DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. A sociedade será dissolvida de pleno direito e consequentemente liquidada, observada a cláusula 13ª (décima terceira), nas hipóteses de anulada a sua constituição, exaurido o fim social, ou verificada a sua inexequibilidade; consenso unânime entre os sócios; deliberação dos sócios por maioria absoluta; falta de pluralidade dos sócios por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias; determinação judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. Fica assegurada a possibilidade de continuidade da sociedade, em decorrência de sua função social, pela vontade de um ou mais sócios, se não houver impedimento legal, hipótese em que serão apurados e pagos os haveres dos demais quotistas mediante balanço apurado especificamente para esse fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. Em todas as hipóteses de dissolução, a maioria societária deverá eleger o liquidante, observados os termos do artigo 1.038 e seguintes da Lei n°.: 10.406/2002, arbitrando os seus honorários e fixando-se a data para o respectivo encerramento.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA. A sociedade simples pura declara sob as penas da Lei, que:

a) Se enquadra na condição de **MICROEMPRESA;**

b) O valor da receita bruta anual da sociedade não excederá o limite fixado no inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;

c) Não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do artigo 3º da mesma Lei.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA. Os endereços dos sócios, constantes neste instrumento, são válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e demais comunicações, relativamente aos atos societários de seu interesse.

Parágrafo Único. É de exclusiva responsabilidade dos sócios e dos demais signatários manterem seus dados cadastrais atualizados junto á sociedade, fazendo – o sempre de forma escrita.
E por estarem em tudo justos e contratados na melhor forma de direito, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, com a primeira via destinada a registro e arquivamento no competente Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na presença das testemunhas abaixo identificadas, elegendo o foro da comarca de sua sede social, com exclusão de qualquer

[redacted]

outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, para que produza todos os efeitos legais.

Rio Branco – AC, 12 de março de 2021.

1º NOTAS Rio Branco - Acre

LARISSA MARIA DE VITO:39771022814 Assinado de forma digital por LARISSA MARIA DE VITO:39771022814 Dados: 2021.04.01 14:10:33 -05'00'

LARISSA MARIA DE VITO
SÓCIA-ADMINISTRADORA
CPF nº 3[redacted]

[redacted]

MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF nº [redacted]

Testemunhas:
1. _____ 2. _____

[redacted]

1º Tabelionato de Not[redacted] da Comarca de Rio Branco - Acre
Fa[redacted] de Registro Civil
Av. Ceará, nº 9513, Sala 0 i[redacted] Rio Branco – Acre – Fone: (68) 3224-9112
Reconheço por SEMELHA[redacted]
MARCO ANTONIO ME[redacted]
Do que dou fé. Rio Branco[redacted]
e Emolu[redacted]
RIVANDA MARIA LEANDRO SILVEIRA-ESCREVENTE
Selo Digital nº A000065820-196DF
consulte a autenticidade do selo em: www.selo.tjac.jus.br
- VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS -

RTD/PJ/COLTRO RIO BRANCO/AC
Registro Nº
007485

[redacted]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina - RTD/RCPJ
Rua Silvestre Coelho, 334 - Ipase - CEP: 69900-363 - Rio Branco - Acre
Fone: 68-3223-8401 / 3015-8401 - E-mail: rtd.riobranco@gmail.com

Contrato de Cons[redacted]227. Registro nº **5486** Ar[redacted]

Adelq[redacted] ra Interina
Emolumento[redacted] Fundo Comp.R$ 12.18, Total R$ 243,50
A500004494-A446A, A500004495-1010F A500004496-25E46

RT[redacted] RCPJ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina - RTD/RCPJ
Rua Silvestre Coelho, 334 - Ipase - CEP: 69900-363 - Rio Branco - Acre
Fone: 68-3223-8401 / 3015-8401 - E-mail: rtd.riobranco@gmail.com

[redacted]

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A500004494 - Chave: A446A 4A2
Data/Hora: 10/05/2021 08:38:50
CIDIA LIMA BEZERRA
Valor Total: R$ 128,30
Fecom R$ 5,42 - Funej: R$ 12,83
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina - RTD/RCPJ
Rua Silvestre Coelho, 334 - Ipase - CEP: 69900-363 - Rio Branco - Acre
Fone: 68-3223-8401 / 3015-8401 - E-mail: rtd.riobranco@gmail.com

[redacted]

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A500004495 - Chave: 1010F 6G5
Data/Hora: 10/05/2021 08:38:50
CIDIA LIMA BEZERRA
Valor Total: R$ 44,60
Fecom R$ 2,23 - Funej: R$ 4,46
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina - RTD/RCPJ
Rua Silvestre Coelho, 334 - Ipase - CEP: 69900-363 - Rio Branco - Acre
Fone: 68-3223-8401 / 3015-8401 - E-mail: rtd.riobranco@gmail.com

[redacted]

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A500004496 - Chave: 25E46 4A3
Data/Hora: 10/05/2021 08:38:50
CIDIA LIMA BEZERRA
Valor Total: R$ 70,60
Fecom R$ 3,53 - Funej: R$ 7,06
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

RTD RCPJ

RTD 124 Folha

2ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES CNPJ/MF: 42.020.424/0001-68

Os abaixo assinados:

LARISSA MARIA DE VITO PIMENTA, brasileira, natural de Araraquara, Estado de São Paulo, casada sob regime de comunhão parcial de bens, nascida em 30/01/1992, médica, CRM/AC 2724, portadora da cédula de identidade n[redacted]PC/AC, e inscrita no CPF sob o n° [redacted], residente e domiciliada na Avenida Recanto Verde, n° 350, Quadra 1, Casa 30, Cond. Riviera Dei Fiori, Bairro Conjunto Mariana, CEP: 69.919-182, na cidade de Rio Branco/AC;

MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA, brasileiro, natural de Aparecida do Taboado, Estado do Mato Grosso do Sul, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 05/07/1989, médico, CRM/AC 2528, portador da Cédula de identidade nº [redacted]SSP/MS, e inscrito no CPF sob o n°[redacted], residente domiciliado em Avenida Recanto Verde, n° 350, Quadra 1, Casa 30, Cond. Riviera Dei Fiori, Bairro Conjunto Mariana, CEP: 69.919-182, na cidade de Rio Branco/AC;

Únicos sócios da sociedade simples pura **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES,** constituída legalmente por contrato social devidamente registrado sob o n° 5486, Livro A – 337, às folhas 28/36, Serventia de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Município de Rio Branco, Estado do Acre, com sede estabelecida à Rua Milton Matos, nª 321, Sala 09, Bairro Bosque, CEP 69.900-634, na cidade de Rio Branco/AC, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº **42.020.424/0001-68**, resolvem, na melhor forma do direito, alterar seu contrato primitivo e posteriores alterações, regida pelos artigos 997 e ss. c/c art. 1.150 do Código Civil, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade simples pura com sede estabelecida na Rua Milton Matos, nª 321, Sala 09, Bairro Bosque, CEP 69.900-634, ***passará,*** a partir da data do arquivamento, para ***Rua Antunes de Alencar, nº 152, Andar 2, Sala 02, Bairro Bosque, CEP 69.900-481, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre***.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam inalteradas ainda as demais cláusulas, tudo conforme contrato social consolidado abaixo, que passa a valer para todos os fins de direito, revogando-se as disposições em contrário e/ou ora alteradas.

Em face das ALTERAÇÕES acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES
CNPJ/MF 42.020.424/0001-68

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente SOCIEDADE SIMPLES PURA girará sob a denominação de **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES.**

Parágrafo Primeiro. A sociedade usa o nome fantasia de: **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS.**

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
005486
[redacted]2025
R.da Silva

RTD/AC
124
Folha

Parágrafo Segundo. Os sócios declaram não exercer atividade econômica empresarial e sim atividade econômica simples pura, sendo sociedade prestadora de serviços de natureza intelectual e/ou técnica, nos termos do artigo 966, § único da Lei nº.:10.406/02 (Código Civil).

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES,** tem o objetivo social prestar.

86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas;
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente.

Parágrafo Único. O objeto social descrito acima poderá ser exercido em ambiente de terceiros.

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES,** tem sua sede estabelecida à Rua Antunes de Alencar, nº 152, Andar 2, Sala 02, Bairro Bosque, CEP 69.900-481, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade iniciou suas atividades em 10/05/2021 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA. Fica eleito o foro desta comarca para qualquer ação fundada neste contrato renunciando-se a qualquer outro por mais especial que seja.

CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA. Capital social é de R$ 2.000,00 (dois mil reais), divididos em 2.000 (duas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do país e distribuídas aos sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR NOMINAL R$	VALOR R$	%
LARISSA MARIA DE VITO	1.000	1,00	1.000,00	50
MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA	1.000	1,00	1.000,00	50
TOTAL	**2.000**	**1,00**	**2.000,00**	**100**

Parágrafo Primeiro. Segundo disposição do artigo 997, inciso VIII da Lei nº.: 10.406/02 (Código Civil), fica expresso que os sócios respondem ilimitada e subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo Segundo. As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social. A cessão das quotas obedecerá ao procedimento estabelecido na cláusula oitava.

CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA. As quotas somente poderão ser cedidas a terceiros, após terem sido oferecidas preferencialmente aos sócios, em iguais condições, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, para que possam exercer ou não, o direito de preferência. Decorrida esse prazo e observada igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros, contudo este, deverá, possui a mesma capacidade intelectual dos sócios, tendo também, a obrigação de apresentar a esta sociedade, antes da vossa entrada, o registro REGULAR no conselho regional da mesma categoria dos sócios, ou seja, no CRM (Conselho Regional de Medicina).

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
0054 86
2025
[redacted]
R.da Silva

RTD/AC
125
Folha
Rio Branco-AC

Parágrafo Único. A notificação deverá ser por carta com aviso de recebimento (AR) e conter a quantidade de quotas e o preço por elas exigido.

CLÁUSULA OITAVA. Os sócios somente poderão exercer de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os sócios não o exercerem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas preferencialmente aos terceiros, tendo este à obrigação de apresentar os requisitos descritos na Cláusula 6ª (sexta), observando que esta aquisição se faça sem prejuízo do capital social.

CLÁUSULA NONA. Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios ou por terceiros, a totalidade do aumento, os sócios farão a alteração do contrato, nos termos da Lei n°.: 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA: Não exercido o direito de preferência pelos sócios ou pela sociedade, o cedente estará automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indicado anteriormente, conforme exigência da cláusula 7ª (sétima), parágrafo único.

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A sociedade será administrada pelos sócios **LARISSA MARIA DE VITO PIMENTA e MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA,** supra qualificados, por meio deste instrumento, nos termos do artigo art. 997, VI, da Lei n°. 10.406/2002. O (s) sócio (s) administrador (es) são considerados investidos em suas funções na data da assinatura deste instrumento.

Parágrafo Primeiro. Todos os cheques, saques, duplicata, aceitos ou endossados e outros títulos negociáveis, bem como a abertura e fechamento de contas bancárias, deverão ser assinados pelos sócios, juntos ou em separados, ou pelo procurador expressamente indicado para os fins previstos.

Parágrafo Segundo. O uso da denominação social é privativo do administrador nomeado, o qual responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este estatuto ou determinações da lei.

Parágrafo Terceiro. O administrador declara não estar impedido por lei, e que nunca foi condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá ou não remunerar o administrador mediante pagamento mensal de *pró-labore*, o qual será definido pelos sócios, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Único. Ainda, os sócios de comum acordo resolvem deixar em aberto a retirada mensal, a título de pró-labore, ficando facultado a cada sócio quotista a retirada exclusiva como antecipada de lucros, disposto no parágrafo segundo da 26ª (cláusula Vigésima Sexta), independentemente da participação societária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O administrador tem o dever de diligência e lealdade, nos termos estabelecidos no artigo 1.011 da Lei n°10.406/2002, bem como fica obrigado a prestar contas e informações aos demais sócios, da sua administração, apresentando – lhes balancetes mensais, inventário anual, relatório da administração, demonstrações financeiras e respectivo Balanço Patrimonial, quando do encerramento do exercício social, ou excepcionalmente quando solicitado por escrito e com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. O administrador é atribuído de plenos poderes, internos e externos, necessários à realização do objeto da sociedade, o qual o autoriza a representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos,

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
005486
2025
R.R.da Silva

RTD/AC
125
Folha
Rio Branco-AC

contrair obrigações, adquirir bens móveis e imóveis, inclusive outorgar procuração em nome da sociedade, quando a prática de qualquer ato assim o exigir, vedado, no entanto a alienação ou oneração de bens imóveis sem o consentimento da maioria dos demais sócios, consoante artigo 1.015 da Lei nº.: 10.406/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. É vedado ao administrador, bem como a qualquer procurador, ainda que devidamente constituído, obrigar a sociedade em operações estranhas ao objeto social, tais como fiança, aval, endosso, aceite e de todo e qualquer título de favor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. Dependem da deliberação dos sócios quotistas, consoante quóruns previstos na Lei n°.: 10.406/2002.

a) a aprovação das contas da administração;
b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
c) a destituição dos administradores;
d) modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
e) a modificação deste contrato social;
f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. Os sócios, por unanimidade, deliberam por não constituir Conselho Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA A sociedade poderá remunerar o administrador mediante pagamento mensal de pró-labore, o qual será definido pelos sócios, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. Todas as decisões da sociedade serão deliberadas através de alteração contratual, quando necessária. (artigo 1.010 da Lei n°.: 10.406/2002).

RETIRADA, EXCLUSÃO DE SÓCIO E RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DE UM SÓCIO EM RELAÇÃO À SOCIEDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA. Qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, mediante notificação aos demais, a qualquer tempo por vontade própria, por discordância em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, bem como a destinação das quotas que lhe competir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. A morte de qualquer sócio não dissolve a sociedade, e nesta hipótese, os sócios remanescentes farão levantar balanço específico para acerto das contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, contudo os herdeiros não poderão ingressar na sociedade, salvo se cumprirem os requisitos da Cláusula 6ª (sexta). Enquanto não houver nomeação de inventariante os haveres do sócio falecido poderão ser depositados em conta bancária aberta especialmente para esse fim. Aplica-se ainda em relação à morte de qualquer sócio os dispositivos legais contidos nos artigos da Lei n°.: 10.406/2002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. Será excluído da sociedade, por atos e inegável gravidade ou justa causa, observando o comando legal dos artigos 1.030 e 1.085 da Lei n°.: 10.406/2002, o sócio que praticar, habitualmente ou não (falta grave): a) calúnia; b) concorrência desleal; c) abuso de poder em relação ao cumprimento deste instrumento legal e da lei que o rege; d) inadimplência de qualquer sócio em relação à integralização de quotas subscritas, observado o comando legal do artigo 1.004 da Lei n°.: 10.406/2002.

PAGAMENTO DE HAVERES POR RESOLUÇÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. Os haveres dos sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração do balanço levantado especificamente para esse fim, na data da resolução, observando o comando legal dos artigos 1.031 e ss. da Lei n°.: 10.406/2002.

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
005486
[redacted]
Silva

RTD/AC
126
Folha
Rio Branco-AC

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, se for até o montante de 5% (cinco por cento) do capital social ou em até 12 (doze) meses se superior, em prestações mensais iguais sucessivas, atualizadas por índice de correção monetária nacional acrescida de juros do capital social e respectivas reservas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. No prazo de até 30 (trinta) dias será levantado o balanço da sociedade, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento. Considera – se como data do evento, a data da notificação feita por sócio dissidente de alteração contratual; a data da morte do sócio; a data do requerimento do sócio retirante voluntario pelo fim de afeição societária; ou a data de qualquer outro evento que dê causa à apuração de haveres como a data de sentença de execução de quotas artigo 1.026 da Lei n°.: 10.406/2002 ou data da incapacidade superveniente atestada por médico, ou sentença judicial ou data em que tiver mora o sócio que subscreveu e não integralizou as quotas do capital social.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E SOCIAIS E DESTINO DOS RESULTADOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. O exercício social será encerrado dia 31 de dezembro de cada ano, data em que será procedimento o levantamento do inventário, balanço patrimonial, balanço de resultado econômico, e depois de apurado o resultado do exercício. Com as deduções previstas em lei e a formação das reservas que forem consideradas necessárias, os lucros ou prejuízos serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas respectivas quotas de capital.

Parágrafo Primeiro. Poderão os sócios deliberar de comum acordo na retenção ou capitalização parcial ou total dos lucros apurados e acumulados bem como pela futura compensação de eventuais prejuízos acumulados observada a legislação pertinente à matéria.

Parágrafo Segundo. Poderão os sócios proceder ao levantamento de balanços intermediários e efetuar antecipações nas distribuições de lucros, sendo responsabilizados o administrador e o sócio que efetuar ou receber distribuições de lucros ficticias o ilícitas.

Parágrafo Terceiro. A distribuição de lucros e de perdas, os sócios poderão ser em proporções diferentes da sua participação no capital social, desde que aprovado por todos os sócios, sendo, porém, ilícita a exclusão de qualquer um dos sócios de participar na distribuição de lucros.

Parágrafo Quarto. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social. Os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso, consoante artigos 1.071, 1.072 § 2° e 1.078 da Lei n° 10.406/2002.

TRANSFORMAÇÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E REORGANIZAÇÃO SOCIETARIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A sociedade, por deliberação dos sócios, poderá:

a) Transformar – se em outro tipo social;
b) Incorporar outra sociedade ou ser incorporada;
c) Fundir – se com outra sociedade;
d) Cindir – se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo se a versão for total ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
005486
[redacted]
Silva
Oficial Registradora Interina

RTD/AC
127
Folha
Rio Branco - AC

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Aos sócios dissidentes fica assegurado o direito de retirarem – se da sociedade nos termos da Lei n°. 10.406/2002, apurando – se seus haveres através de balanço levantado especificamente para esse fim.

DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA. A sociedade será dissolvida de pleno direito e consequentemente liquidada, observada a cláusula 16ª (décima sexta), nas hipóteses de anulada a sua constituição, exaurido o fim social, ou verificada a sua inexequibilidade; consenso unânime entre os sócios; deliberação dos sócios por maioria absoluta; falta de pluralidade dos sócios por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias; determinação judicial.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. Fica assegurada a possibilidade de continuidade da sociedade, em decorrência de sua função social, pela vontade de um ou mais sócios, se não houver impedimento legal, hipótese em que serão apurados e pagos os haveres dos demais quotistas mediante balanço apurado especificamente para esse fim.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA. Em todas as hipóteses de dissolução, a maioria societária deverá eleger o liquidante, observados os termos do artigo 1.038 e seguintes da Lei n°.: 10.406/2002, arbitrando os seus honorários e fixando-se a data para o respectivo encerramento.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA. Os endereços dos sócios, constantes neste instrumento, são válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e demais comunicações, relativamente aos atos societários de seu interesse.

Parágrafo Único. É de exclusiva responsabilidade dos sócios e dos demais signatários manterem seus dados cadastrais atualizados junto á sociedade, fazendo – o sempre de forma escrita.

E por estarem em tudo justos e contratados na melhor forma de direito, firmam o presente instrumento em via única, de igual teor e forma, com a primeira via destinada a registro e arquivamento no competente Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na presença das testemunhas abaixo identificadas, elegendo o foro da comarca de sua sede social, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, para que produza todos os efeitos legais.

Rio Branco/AC, 11 de janeiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
LARISSA MARIA DE VITO PIMENTA
Data: 14/01/2025 18:59:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LARISSA MARIA DE VITO PIMENTA
CPF nº [redacted]
SÓCIA-ADMINISTRADORA

MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA:00600441105
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA:00600441105
Dados: 2025.01.14 16:32:05 -05'00'

MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA
CPF nº [redacted]
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Testemunhas:

1. _____

2. _____

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
005486
[redacted]
Adelquarine K.A.da Silva
Oficial Registradora Interina

RTD/RCPJ
127V
Folha

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina - RTD/RCPJ
Rua Silvestre Coelho, 334 - Ipase - CEP: 69900-363 - Rio Branco - Acre
Fone: 68-3223-8401 - E-mail: rtd.riobranco@gmail.com

2º Alteração Contratual - Protocolo nº **25313**. **Registro** nº **5486**. Ar[redacted]**2/127**

Adelq[redacted]l Registradora Interina
Emolume[redacted]RS: 49,60; Fundo Comp.RS 24,80; To[redacted]
A50000E32F-EC1D4, A50000E330-10AE6, A50000E331-6960A, A50000E332-556EB, A50000E333-34415

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A50000E32F - Chave: EC1D4 4A6
Data/Hora: 31/01/2025 17:20:19
Amanda Milanin
Valor Total: R$ 64,70
Fecom:R$ 3,26 - Funej: R$ 6,47
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A50000E330 - Chave: 10AE6 6G5
[redacted]
Data/Hora: 31/01/2025 17:20:19
Amanda Milanin
Valor Total: R$ 57,10
Fecom:R$ 2,85 - Funej: R$ 5,71
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A50000E331 - Chave: 6960A 4B2
[redacted]
Data/Hora: 31/01/2025 17:20:19
Amanda Milanin
Valor Total: R$ 51,70
Fecom:R$ 2,58 - Funej: R$ 5,17
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A50000E332 - Chave: 556EB 4A3
[redacted]
Data/Hora: 31/01/2025 17:20:19
Amanda Milanin
Valor Total: R$ 90,40
Fecom:R$ 4,52 - Funej: R$ 9,04
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
A5 - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco
Selo: A50000E333 - Chave: 34415 4A4
[redacted]
Data/Hora: 31/01/2025 17:20:20
Amanda Milanin
Valor Total: R$ 232,10
Fecom:R$ 11,61 - Funej: R$ 23,21
Consulte a autenticidade
selo.tjac.jus.br

Registro nº: 05486, Livro A - 00451, Folha 122 Averbação: Certifico que a presente 2º Alteração Contratual refere-se ao Contrato de Constituição Registrado em 10/05/2021, sob Registro nº: 05486, do Livro A - 00337, Folha 014V Do que dou Fé. Adelquianne R. R. da Silva - Rio Branco/AC, 31 de janeiro de 2025. Registradora Interina _____

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**42.020.424/0001-68**
Razão Social:	**MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES**
Nome Fantasia:	**MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **24/07/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE SIMPLES PURA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**01/04/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**09/01/2026**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**18/04/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**01/02/2026**
Receita Municipal	Validade:	**02/02/2026**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/01/2026 12:55:59

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES**
CNPJ: **42.020.424/0001-68**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

CNES | Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde

Ministério da Saúde (MS)
Secretaria de Atenção Especializada da Saúde (SAES)
Departamento de Regulação Assistencial e Controle (DRAC)
Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde (CGSI)

Ficha de Estabelecimento Identificação

Data: 04/12/2025

CNES: 0842559 Nome Fantasia: MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS CNPJ: 42.020.424/0001-68

Nome Empresarial: MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE Natureza jurídica: ENTIDADES EMPRESARIAIS

Logradouro: ANTUNES DE ALENCAR Número: 152 Complemento: ANDAR 2 SALA 2

Bairro: BOSQUE Município: 120040 - RIO BRANCO UF: AC

CEP: 69900-481 Telefone: (18) 8132-2285 Dependência: INDIVIDUAL Reg de Saúde: --

Tipo de Estabelecimento: CONSULTORIO ISOLADO Subtipo: -- Gestão: MUNICIPAL

Diretor Clínico/Gerente/Administrador: LARISSA MARIA DE VITO PIMENTA

Cadastrado em: 03/08/2021 Atualização na base local: 15/09/2025 Última atualização Nacional: 26/11/2025

Horário de Funcionamento:

Dia semana	Horário
SEGUNDA-FEIRA	08:00 às 12:00
SEGUNDA-FEIRA	14:00 às 17:00
TERÇA-FEIRA	08:00 às 12:00
TERÇA-FEIRA	14:00 às 17:00
QUARTA-FEIRA	08:00 às 12:00
QUARTA-FEIRA	14:00 às 17:00
QUINTA-FEIRA	08:00 às 12:00
QUINTA-FEIRA	14:00 às 17:00
SEXTA-FEIRA	08:00 às 12:00
SEXTA-FEIRA	14:00 às 17:00
SABADO	08:00 às 12:00

Data desativação: -- Motivo desativação: --

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-AC

Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica

Inscrito sob CRM nº	CNPJ	Inscrição	Validade
0000289-AC	42.020.424/0001-68	19/01/2022	19/01/2026

Razão Social
MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES

Nome Fantasia
MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS

Endereço
RUA ANTUNES DE ALENCAR, Nº 152, ANDAR 2, SALA 02 - BOSQUE

Município
RIO BRANCO - AC

CEP
69900481

Diretor Técnico
0002528-AC MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA

Classificação
CONSULTÓRIO MÉDICO - TIPO I

Este certificado atesta a REGULARIDADE da inscrição do estabelecimento acima neste Conselho Regional de Medicina-AC, em cumprimento à Lei nº 6.839, de 30/10/1980, e às Resoluções CFM nº 997, de 23/05/1980, e 1.980, de 11/07/2011 . Ressalvada a ocorrência de alteração nos dados acima, este certificado é **válido até 19/01/2026**. Este certificado deverá ser afixado em local visível ao público e acessível à fiscalização.

[redacted]

LEUDA MARIA DA SILVA DÁVALOS
PRESIDENTE

Rio Branco, 21 de março de 2025

CONSELHO REGIONAL DE MÉDICINA DO ESTADO DO ACRE

Certidão de Direção Técnica

Certifico para os devidos fins, que o estabelecimento **MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES**, nome fantasia **MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS**, registro nº **289**, tipo de inscriçao **DEFINITIVA - REGULAR**, sito a **RUA ANTUNES DE ALENCAR, Nº 152, ANDAR 2, SALA 02 - BOSQUE**, na cidade de **RIO BRANCO/AC**, está funcionando sob a Direção Técnica do(a) Dr(a) **MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA**, inscrito com o CRM nº **2528**.

Por ser verdade, firmo a presente, para os fins de direito.

Sem mais para o momento, firmamos o presente.

Chave de validação nº. **14b0eb793ddf9f0fd04cd62f9a58c2382444387f**

Emitida eletronicamente via internet em **24/03/2025**

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do **CRMAC**: http://www.crmac.org.br/

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a Empresa **MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES,** Nome de Fantasia **MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS,** CNPJ Nº **42.020.424/0001-68**, sediada na Rua Antunes de Alencar, 45, Bairro do Bosque, faz parte da rede de prestadores de serviços desta Fundação desde 18/01/2022 na Especialidade de Ortopedia Pediátrica e Neurologia Pediatrica.

Registramos que as prestações dos serviços acima referidos apresentam bom desempenho operacional, e a empresa cumpre com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Rio Branco-Ac, 17 de Dezembro de 2025.

[redacted]

Antonia Miggelina Vieira da Silva
Gerente Estadual

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ACRE

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que a **Dra. LARISSA MARIA DE VITO PIMENTA** encontra-se inscrito no CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ACRE , sob o número 2724, desde 24/02/2022, estando quite com o exercício de 2022 e habilitado legalmente para o exercício da medicina, tendo registrada(s) a(s) seguinte(s) especialidade(s): **PEDIATRIA - RQE NÂº 947 (Neurologia PediÃ¡trica - RQE NÂº 948)** .

Rio Branco, 08 de dezembro de 2022

Certidão emitida no dia 08 de dezembro de 2022. Válida até o dia 06 de junho de 2023.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Portal Médico, na Internet, no endereço: http://www.portalmedico.org.br, por meio do código **AS5WYC**.

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
0054 86
[redacted]22
[redacted]R.da Silva
[redacted]ra Interna

RTD / RCPJ

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ACRE

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que o **Dr. MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA** encontra-se inscrito no CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ACRE, sob o número 2528, desde 12/02/2021, estando quite com o exercício de 2022 e habilitado legalmente para o exercício da medicina, tendo registrada(s) a(s) seguinte(s) especialidade(s): **ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - RQE NÂº 843**.

Rio Branco, 08 de dezembro de 2022

Certidão emitida no dia 08 de dezembro de 2022. Válida até o dia 06 de junho de 2023.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Portal Médico, na Internet, no endereço: http://www.portalmedico.org.br, por meio do código **7K6TAN**.

RTD/RCPJ RIO BRANCO/AC
Registro Nº
0054 66
2022
[redacted]
R.R.da Silva
dora Interina

RTD / RCPJ
03

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ACRE

Certidão das Especialidades

Certificamos que o(a) Dr.(a) **MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA** - CRMAC **2528** possui neste **CONSELHO REGIONAL DE MÉDICINA DO ESTADO DO ACRE** o(s) seguinte(s) Registro(s) de Especialidade:

ESPECIALIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO	Nº. RQE	DATA
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	Não Informada	843	18/03/2021

Universidade do Oeste Paulista

Reconhecimento - Portaria nº 83/87 - D.O.U. 16/02/87

Faculdade de Medicina "Dr. Domingos Leonardo Cerávolo"
de Presidente Prudente – Presidente Prudente – São Paulo

O Reitor da Universidade do Oeste Paulista, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Medicina em 14 de maio de 2014, confere o título de

Médico

a Marco Antonio Menezes Pimenta

RG nº 001.266.826-MS nacionalidade: Brasileira

nascido em 05 de julho de 1989, natural do Estado de Mato Grosso do Sul e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Presidente Prudente, 29 de maio de 2014.

[redacted]

Maria Regina de Oliveira Lima
Pró-Reitora Administrativa - RG 8.430.066-SP

[redacted]

José Eduardo Creste
Pró-Reitor Acadêmico - RG 15.934.102-SP

Marco Antonio M. Pimenta
Diplomado

Curso: Medicina

Reconhecimento: Portaria nº 1786/93, de 20/12/1993

D.O.U. de 21/12/1993.

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Faculdade de Medicina "Dr. Domingos Leonardo Cerávolo" de Presidente Prudente - SP

Marco Antonio Menezes Pimenta concluiu o Curso de Medicina e colou grau em 28/05/2014.

Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE

Diploma Registrado sob nº 39.073

Livro 2 - 031, Fls. 241,

Processo nº 1270/2014, nos termos da Lei nº 9394/96 - Art. 48 - § 1º.

Pres. Prudente, 30 / junho / 2014

[redacted]

José Eduardo Creste
Pró-Reitor Acadêmico - RG 15.934.162-SP

Nair Marques Varraro Rosa
Chefe Do Setor De Registro De Diploma
RG. 6.494.966-7 SP

Curso: Medicina
Renovação de Reconhecimento
Port. nº 1.181 - D.O.U. de 23/12/2008

CREMESP

Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo

Registro de Diploma

[redacted]

CRM-AC

Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre

Registro de Diploma

Em 12/02/2021, o Presente diploma de MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA foi registrado sob o número 0002528-AC de acordo com o Artigo 17 da Lei 3.268 de 30 de setembro de 1957.

Rio Branco-AC, 24/02/2021

[redacted]

000895

Conselho Regional de Medicina
do Estado de Mato Grosso do Sul

requerente foi inscrito(a) sob o nº 8221, as páginas 8221
o nº V.

Campo Grande-MS, 28/01/2015.

Dr. Alberto Cubel Bruil Júnior
Presidente

República Federativa do Brasil

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto

(Autarquia Estadual Lei n.º 8899/94)

CERTIFICADO DE RESIDÊNCIA MÉDICA

Certifica que **MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA,** **CRM Nº 166954-SP,**

CPF Nº 006.004.411-05 concluiu a Residência Médica na Especialidade de **ORTOPEDIA E**

TRAUMATOLOGIA no período de 01/03/2016 à 28/02/2019 a quem conferimos o **TÍTULO DE ESPECIALISTA,**

de acordo com a Lei 6.932, Publicada no Diário Oficial em 09 julho de 1981.

São José do Rio Preto, 20 de março de 2019.

[redacted]

DR. MÁRCIO GOMES FIGUEIREDO
Coordenador do Programa de
Ortopedia e Traumatologia

[redacted]

MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA
Médico Residente

[redacted]

PROF. DR. DULCIMAR DONIZETI DE SOUZA
Diretor Geral

AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO ASSINATURA ELETRONICA - Documento assinado eletronicamente por meio de certificado digital de acordo com as disposições normativas da ICP-Brasil. A autenticação deste documento poderá ser verificada na página: http://www.hcrp.usp.br/vdd, informando os dados ao lado.
Identificador: **97ZZZXRLJG** Senha: **00660**

HOSPITAL DAS CLÍNICAS
FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

CERTIFICADO

Certificamos que o(a) Dr(a). ***MARCO ANTONIO MENEZES PIMENTA*** *concluiu o estágio de COMPLEMENTAÇÃO ESPECIALIZADA junto ao Departamento de* ***ORTOPEDIA E ANESTESIOLOGIA****, na área de* ***ORTOPEDIA PEDIÁTRICA E AFECÇÕES DO PÉ****, realizado no período de* ***01.04.19*** *a* ***31.03.20****, perfazendo carga horária total de* ***1.920*** *horas.*

Ribeirão Preto, SP, 12 de maio de 2020.

excelência em saúde desde 1956

[redacted]
BENEDITO CARLOS MACIEL
Superintendente

HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ALVARÁ

LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, SANITÁRIO

C.M.C.	Nome Empresarial		
42020424000168	MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES		
CNPJ / CPF [redacted]	**Nome Fantasia** MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS		
Abertura 10/05/2021	**Porte** Microempresa	**Licenciado em** 06/03/2025	**Validade** 06/03/2026
Código e Descrição da Natureza Jurídica 2232 - SOCIEDADE SIMPLES PURA			**Área Total (m²)** 20,00
Horário de Funcionamento 420 - De Segunda-Feira das 08:00 às 17:00 até Sábado das 08:00 às 12:00			

Endereço Principal	Complemento	
ANTUNES DE ALENCAR, 152	ANDAR 2 SALA 02	
Bairro BOSQUE	**CEP** 69900481	**Área de Utilização (m²)** 20,00

Atividade(s) exercída(s) no local.

Código	Descrição	Principal?	Grau de Risco	Âmbito
8630503	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	Sim	Risco II	Sanitário

Atividade(s) não exercída(s) no local.

Código	Descrição	Principal?	Grau de Risco	Âmbito
8630501	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de	Não	Risco III	
8630502	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de	Não	Risco III	
8630599	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	Não	Risco II	

Características Adicionais

Assinatura Digital

DC13.071F.5A91.1B24.2E3B.C229.2AE9.29A2

Para validação, faça a leitura do QR Code ao lado, ou acesse o seguinte endereço:
https://contribuinte.riobranco.ac.gov.br/autenticidade-de-documentos/ e informe a chave de autenticidade.

MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL

Este documento expedido pelo poder público Municipal licencia apenas a(s) atividade(s) exercida(s) no local, sendo vinculado às condições sanitárias e urbanísticas, nos termos da Lei complementar nº 254 de 18 de outubro de 2023

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**42.020.424/0001-68**
Razão Social:	**MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES**
Nome Fantasia:	**MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **24/07/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE SIMPLES PURA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**01/04/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**28/01/2026**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**18/04/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**01/02/2026**
Receita Municipal	Validade:	**02/02/2026**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

1.11.16 26/01/26 - 11:22h Tempo restante: 59m43s

gov.br Ministério da Fazenda

Olá, DIEGO

Cadin

Início

Cadastro

Consulta Contratante

CPF/CNPJ

42.020.424/C

Consultar Limpar

A consulta pelo CNPJ informa o resultado para matriz e filiais, mas não informa a situação de CNPJs dependentes ou vinculados. Para consultar a situação de CNPJs vinculados ao CNPJ de um ente federado, você deve usar a Consulta entes públicos na área logada do cidadão.

Esfera Federal | Esfera Estadual | Esfera Municipal

Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Instituição responsável pela anotação	Origem	CPF/CNPJ Irregular	Nome	Data de inclusã

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 26/01/2026, 11:22

CPF / CNPJ: **42.020.424/0001-68** Situação para a Esfera Federal: **REGULAR**

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: Nzc4NTAwNzk2NjkxNDY0ZGJkY2M2ZDk0MTAwNzM3N2M0YWRjOTFiNmQwZDg1NzRjM2RiZWIxNWJmZmE5MGZhMg==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 26/01/2026 11:25:03

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MENEZES E VITO SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES**
CNPJ: **42.020.424/0001-68**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Erro**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Erro**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira / 1956)
BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/ EXÉRCITO BRASILEIRO/ COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/ 4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

CONTRATADO: **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS**

OBJETO: Prestação de serviços de assistência médico-hospitalar na especialidade de ortopedia e traumatologia em pediatria e quadril.

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA: 16 de janeiro de 2026 a 16 de janeiro de 2030

VALOR ESTIMADO: R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por preço unitário.
PROCESSO Nº: 65323.000060/2026-72
CONTRATO Nr: 06/2026
ID CONTRATAÇÃO : 160002 - 30/2026, 00394452000103-1-000845/2026

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva, órgão do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Rua Colômbia S/Nº, bairro Bosque em Rio Branco – AC, CEP 69.909-700, inscrita no CNPJ sob o n° 09.655.599/0001-76representada neste ato pelo Senhor, **Coronel FÁBIO ROBERTO SANTOS ALCÂNTARA,** Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS, publicado no boletim interno BI, nº 77 de 28 de abril de 2025, inscrito no CPF sob o nº [redacted] residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Organização Civil de Saúde **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS**, inscrita no CNPJ sob o n° 42.020.424/0001-68, estabelecida ao Rua Antunes de Antunes de Alencar, 152 Bosque, Rio Branco- AC, neste ato representada pelo Sr(a). Representante Legal, **MARCOS ANTÔNIO MENEZES PIMENTA** inscrito(a) no CPF sob o nº [redacted], residente e domiciliado

nesta cidade, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, nos termos da legislação infraconstitucional constante do edital de credenciamento, que integram o presente termo de contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto.

1. A finalidade deste Contrato é garantir aos militares da ativa, da reserva ou reformados, pensionistas e seus dependentes e Servidores Civis do Exército Brasileiro (ativos e inativos) e dependentes, nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de Clínicas Médicas Especializadas, assistência médico-hospitalar, ambulatorial, atendimento de emergência/urgência em regime de 24 horas diárias:

    1.1. O objeto contratual abrange as seguintes especialidades:

        1.1.1. Credenciamento de OCS, para prestação complementar de serviços de assistência médico-hospitalar na especialidade de ortopedia e traumatologia em pediatria e quadril. .

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital.

2. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento do Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva de 06 de dezembro 2024, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do fundamento legal.

3. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, *caput* e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução.

4. As condições gerais de execução dos serviços constam do edital de credenciamento, observadas as regras especiais abaixo registradas.
5. Para atendimentos ambulatoriais e/ou procedimentos eletivos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário.
6. A remoção do paciente será de responsabilidade do CONTRATANTE, com utilização do serviço de atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel, contratados por meio de credenciamento.
7. A remoção do paciente será de responsabilidade do CONTRATADO, com utilização de ambulância, conforme valores constantes na Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do FuSEx do Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva para contratos de credenciamento - anexo N do edital, ou;
8. A remoção do paciente será de responsabilidade do CONTRATADO, com uso do serviço de atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel subcontratado.
9. Nos casos de atendimento nas áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e psicologia, o encaminhamento deverá ser efetuado, prioritariamente, por médico militar, depois de verificado o parecer do médico especialista e quando esgotados todos os recursos existentes nas OMS.
10. O CONTRATADO se obriga a apresentar ao CONTRATANTE a relação dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe,

11. cadastrados e autorizados por parte do CONTRATADO para atender aos beneficiários deste contrato nas respectivas profissões e especialidades.
12. O CONTRATADO obriga-se a manter junto ao CONTRATANTE uma relação atualizada dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe;

    12.1. Quando o corpo clínico do CONTRATADO for constituído, em parte ou no seu todo, por meio de cooperativa vinculada, esta deverá apresentar a relação acima descrita, cumpridas as formalidades postas, diretamente para o CONTRATANTE, nos termos do Anexo J deste Edital.

13. O CONTRATADO, representado no seu Corpo Clínico, prestará assistência e as consultas e procedimentos médico-hospitalar conforme a seguinte discriminação: cuidados rotineiros de enfermagem, material a ser consumido em serviços cirúrgicos e em curativos, recursos complementares de diagnóstico e terapia, salas de cirurgia e instalações equipadas com material e instrumental necessários à execução de atos médicos, medicação, alojamento, serviço de lavanderia, demais serventias e alimentação, inclusive dietas especiais e outros produtos nutricionais quando prescritos por parte do médico assistente.
14. Os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional da própria Organização Civil de Saúde, entendendo-se como:

    14.1. O membro do Corpo Clínico do CONTRATADO;
    14.2. O que tenha vínculo de emprego com o CONTRATADO;
    14.3. O autônomo que presta serviço ao CONTRATADO.

15. Equipara-se ao subitem 13.3, o profissional de saúde integrante de pessoa jurídica que exerça atividades na área de saúde, em caráter regular, nas instalações do CONTRATADO.
16. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de pelo menos um dos membros da equipe de Auditores do CONTRATANTE às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes; assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.
17. O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, documentos médico-legais, justificativas para exames, lista de pacientes internados e quaisquer outros documentos pertinentes segundo as normas de regulamentação vigentes.

A solicitação de exame ou procedimento coberto pelo FuSEx/SAMMED/PASS, decorrente de atendimento realizado em OCS ou por PSA, será, obrigatoriamente, precedida de análise por médico militar ou serviço de auditoria das UAt, que decidirá pela sua autorização ou negação.

    17.1. É vedada a prescrição de exames em bloco ou daqueles que partam da iniciativa do próprio usuário, conforme estabelece o art. 10 da Portaria nº DGP-48/2008.

18. Os beneficiários do FuSEx/SAMMED/PASS têm direito a cobertura ou financiamento de órteses e próteses não odontológicas, nos termos desta Portaria nº DGP-48/2008 (IR 30-38) e Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57), indenizáveis de acordo com o Anexo A das respectivas portarias, após a indispensável indicação de médico especialista, devidamente justificada por meio de relatório e exames especializados, e aprovada por médico militar.

    18.1. A cobertura acima indicada inclui órteses e próteses nacionais, registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inerentes e ligadas

18.2. diretamente ao ato cirúrgico eletivo, submetido ao parecer da Comissão de Ética;

18.3. Ao beneficiário do FuSEx/SAMMED/PASS será permitida a utilização de órteses e próteses não odontológicas por importação, quando não houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento e estará condicionada à autorização prévia do DGP, ouvida a Diretoria de Saúde (DSau), conforme art. 28 da Portaria nº DGP-48/2008 (IR 30-38).

19. Os tratamentos não cobertos pelo sistema FuSEx/SAMMED/PASS, conforme o Anexo "S" do edital, não se incluem na presente contratação.
20. 18.1 Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, procedimento, material e afins de que trata o item anterior
21. No caso de óbito ocorrido com paciente internado, o CONTRATADO notificará, de imediato, a família do paciente e o Fundo de Saúde do Exército (FuSEx) através do email fusexpmrbo@gmail.com, e a seção de auditoria de contas médicas a quem caberá tomar as providências subsequentes.
22. Nos casos de internação, de acordo com o Anexo A, o CONTRATADO deverá solicitar autorização prévia da [autoridade competente para tanto], conforme o modelo do Anexo II deste contrato.
23. O abandono do tratamento realizado, pelo beneficiário, implicará no término da autorização para o procedimento e na indenização do serviço já prestado.
24. As faturas referentes às internações de longa permanência (com mais de quinze dias) deverão ser sub totalizadas e entregues dentro do mês de internação do paciente com a apresentação das despesas, pelo CONTRATADO.
25. O CONTRATADO deverá remeter, semanalmente, às segundas-feiras, via email: fusexpmrbo@gmail.com à Seção, a lista de pacientes internados.
26. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado em Boletim Interno do Comando. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.
27. O Serviço de Auditoria do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento.

28. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o item 8 "DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO" constante do edital de credenciamento.
29. Registram-se abaixo as regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato:
30. O CONTRATADO acolherá por contraprestação os pacotes de prestação de serviços – anexo P do edital – que conjuguem avaliação, prescrição e acompanhamento com acomodações (hotelaria), taxas hospitalares, instrumental cirúrgico, gasometria, equipamentos e outros serviços especiais para efetivação do tratamento proposto.
31. CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas quando acompanhado da Guia de Encaminhamento, que comprove a prestação do serviço:
32.

32.1. No caso de comprovada urgência e (ou) emergência o beneficiário poderá ser atendido independentemente de encaminhamento, mediante assinatura de um "Termo de Compromisso pelo beneficiário ou dependente, se comprometendo a levar a Guia de autorização ao Hospital, no período de até 48 horas, conforme modelo do Anexo IV deste Contrato.

33. Procedimentos não especificados na(s) Guia(s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.
34. As diárias de acompanhantes, para pacientes menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 60 (sessenta) anos de idade, serão cobertas por parte do FuSEx/SAMMED/PASS, implantadas no código ZM 2 para o FuSEx/SAMMED e descontadas do beneficiário titular em 20% (vinte por cento) para o PASS, conforme estabelecem o art. 64 da Portaria nº DGP-48/2008 e art. 68 da Portaria nº DGP-117, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57).

    34.1. Os acompanhantes para pacientes, fora dessa faixa etária, não terão as diárias cobertas pelo FuSEx/SAMMED/PASS;

    34.2. Os casos excepcionais, fora da faixa etária permitida, só serão cobertos por parte do FuSEx/SAMMED quando autorizados pela RM, após comprovação do médico perito da UG FuSEx da necessidade de acompanhante para o paciente; e,

    34.3. Os casos excepcionais, fora da faixa etária permitida, só serão cobertos por parte da PASS quando autorizados pela DAP mediante solicitação da RM, após comprovação do médico perito da UG PASS da necessidade de acompanhante para o paciente.

35. A Diária Hospitalar será contada do dia imediato da internação, excluído o dia da alta hospitalar, se a mesma até às 12 horas.
36. O CONTRATADO se obriga a apresentar ao CONTRATANTE, entre 1º (primeiro) e o 8º (oitavo) dia do mês subsequente, na Seção de Lisura de Contas Médicas do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco, a fatura, em 02 (duas) vias de igual teor, em nome do Comando da unidade Gestora do Fundo de Saúde do Exército, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Encaminhamento do SAMMED/FuSEx/PASS com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis, relativos aos atendimentos prestados no mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da Guia de Encaminhamento, nome do usuário, número do documento de identidade, número de matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, número de matrícula no cadastro de beneficiários do FuSEx (número de cartão FuSEx, composto pelo Código de Pessoal – PREC/CP – mas sequencia familiar), se militar contribuinte do FuSEx, código das tabelas acordadas, valor em R$ (reais) e relatório de conferência (espelho):

    36.1. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução;

    36.2. O CONTRATADO deverá apresentar, separadamente, as faturas de despesas dos beneficiários do FUSEx, de Servidores Civis, de usuários de Fator de Custos e dos pacientes que evoluíram ao óbito;

    36.3. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, organizados por despesas com consultas, exames, setor de ambulatório, internações e emergência/urgência e em ordem alfabética;

37. O CONTRATANTE restituirá a documentação acima citada, se a mesma apresentar rasuras, incorreções ou outros vícios de forma em até 15 (quinze) dias do respectivo protocolo;

37.1. Aceita a documentação, dentro do prazo acima fixado, a mesma será recebida por meio de termo circunstanciado assinado pelas partes.

38. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o edital.

38.1. O Setor de Lisura do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco possuirá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar relatório de glosa, contado a partir do término do prazo do subitem 32.5;

38.2. O CONTRATADO poderá interpor pedido de reconsideração, nos termos do art. 165, II, da Lei nº 14.133, de 2021, contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, conforme o Índice de Glosa do anexo III deste contrato, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis.

CLÁUSULA SEXTA – Da atualização dos preços.

39. O critério de atualização dos preços contratados consta do Capítulo 9 "DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS" do edital de credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência.

40. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados de sua assinatura, prorrogáveis por igual período na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária.

41. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato serão os seguintes:

41.1. Para OCS: : Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000142, Programa de Trabalho Resumido 215845, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno D8SAFUSOCSA; Fonte de Recursos 1005000142, Programa de Trabalho Resumido 215844, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno D8SACIVOCSA; Fonte de Recursos 1000000000, Programa de Trabalho Resumido 215842, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno D8SAFCTOCSA e Fonte de Recursos 1000000000, Programa de Trabalho Resumido 215843,Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno D8SAECBOCSA.

CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil.

42. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

43. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

44. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes,

45. por terceiros vinculados, decorrente de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções.

46. As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 – "DAS SANÇÕES" - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão.

47. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 – "DA RESCISÃO" - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante.

48. As obrigações constam da Seção 10 – "OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE" – do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado.

49. As obrigações constam da Seção 11 – "OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS" – do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– Das acomodações para internação

50. Os padrões de acomodações hospitalares para os beneficiários do SAMMED/FuSEx e seus dependentes serão, de acordo com a disponibilidade, os seguintes:
    - 50.1. Para oficiais e seus dependentes:
    - 50.2. Quartos privativos; e
    - 50.3. Quartos semi privativos;
    - 50.4. Para subtenentes e sargentos e seus dependentes:
    - 50.5. Quartos privativos;
    - 50.6. Quartos semi privativos; e
    - 50.7. Enfermaria de até seis leitos;
    - 50.8. Para cabos, taifeiros e soldados:
    - 50.9. Enfermarias de até três leitos; e Enfermarias gerais.
    - 50.10. Os dependentes de cabos, soldados e taifeiros terão direito a:
    - 50.11. Quartos semi privativos; e
    - 50.12. Enfermaria de até seis leitos.
    - 50.13. O padrão das acomodações para hospitalização a que os beneficiários da PASS fazem jus é definido pela correlação estabelecida na Portaria Ministerial nº 396, de 2008.

51. No caso de indisponibilidade de acomodação compatível com os padrões a que tem direito o beneficiário do FuSEx/SAMMED/PASS, a OCS obrigar-se-á a instalá-lo em uma acomodação de padrão superior, sem ônus para o beneficiário ou para o FuSEx/SAMMED/PASS.
52. É reservado aos beneficiários do FuSEx/SAMMED/PASS o direito de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes. Neste caso, as diferenças de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção serão

53. pagas integral e diretamente pelo beneficiário ao CONTRATADO.
54. No caso de haver a opção pela melhoria do padrão de acomodação hospitalar, deverá ser assinado, entre o beneficiário, ou servidor civil, e o CONTRATADO, um TERMO DE AJUSTE PRÉVIO, conforme Anexo I deste Contrato;
55. A opção feita pelo beneficiário, ou servidor civil, da melhoria de padrão de acomodação, por meio do Termo de Ajuste Prévio, deverá constar da fatura apresentada pelo CONTRATADO;
56. O cálculo da diferença de valor do padrão de acomodação hospitalar, livremente escolhida pelo beneficiário ou seu responsável, ou pelo servidor civil, terá como base os valores constantes da Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do FuSEx - Anexo N do edital, previamente ajustados neste contrato, considerada a dedução do valor da diária coberta pelo CONTRATANTE;
57. A complementação de honorários profissionais do médico assistente será cobrada diretamente do beneficiário, ou do servidor civil, pelo CONTRATADO, conforme a Tabela AMB/92.
58. Será também reconhecido como modalidade de acomodação para as internações dos pacientes o serviço de "Hospital-Dia", sendo coberto para todos os beneficiários deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da negação de remuneração a militares

59. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da subcontratação.

60. É permitida à CONTRATADA subcontratar parte dos serviços objeto deste Contrato, em relação às empresas ora relacionadas:

    60.1. Objeto – exames laboratoriais – pessoa jurídica subcontratada: Feitura de Anamneses Laboratoriais Ltda;

    60.2. Et Cetera.

61. O subcontratado deverá preencher os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, postos no Edital.
62. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto subcontratado.

    62.1. É vedado à CONTRATADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do valor do contrato.

63. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos doze meses pelo Posto Médico da Guarnição de Rio Branco, nos contratos anteriores.

64. O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato;
65. O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período;
66. O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, observado que inexistiu expectativa de direito quanto ao valor estimado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Obrigações pertinentes à LGPD

67. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
68. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
69. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
70. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
71. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
72. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
73. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
74. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
75. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
76. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

64.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

77. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANP D por meio de

78. opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
79. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do foro.

80. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o do município de Rio Branco AC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
81. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Rio Branco/Acre, 16 de janeiro de 2026.

Pelo CONTRATANTE:

[redacted]

FÁBIO ROBERTO SANTOS ALCÂNTARA- Cel
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron ACRE/4ºBIS

Pelo CONTRATADO:

[redacted]

MARCOS ANTONIO MENEZES PIMENTA
Representante legal

TESTEMUNHAS:

[redacted] **ALVES -2º SGT**
Idt Mil [redacted] (MD/EB)

[redacted] **– 2º SGT**
Idt Mil [redacted] (MD/EB)

TERMO DE AJUSTE PRÉVIO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira / 1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

Nome do Hospital:.....

Rua.....Nr.....Cidade.....UF.....

TERMO DE AJUSTE PRÉVIO

Nome do beneficiário.....

Nome do responsável.....

Nome do médico assistente.....
CRM ..... CPF.....

O beneficiário ou seu dependente, o hospital e o médico assistente, acima referidos, ajustam entre si as seguintes condições:

1. Sobre-preço das instalações hospitalares especiais, livremente escolhidas pelo beneficiário ou seu responsável, limitado à tabela de preços para a clientela particular, considerada a dedução do valor da diária paga pela RM/UG-FuSEx ao Hospital: R$.....;

2. Complementação de honorários profissionais do médico assistente, conforme constar do contrato (ou convênio) firmado, e de até 100% (cem por cento) dos valores constantes da tabela da AMB, adotada pela Previdência Social:

R$ .....
Local e data:.....
Assinatura do beneficiário:.....
Assinatura do médico assistente: ..... CRM: .....

Observações:

a) Para cada médico ou odontólogo, que assistir ao paciente, deverá ser firmado um Termo de Ajuste Prévio;

b) A RM/UG-FuSEx não se responsabilizará pelos valores que excederem aos previstos nos contratos ou convênios estabelecidos;

c) Este ajuste não autoriza a cobrança de taxas não previstas em Termo de Credenciamento assinado entre a OCS e o Exército Brasileiro, de quaisquer naturezas; e

d) O presente documento deverá ser emitido em quatro vias, com a seguinte destinação: 1ª via - beneficiário ou responsável; 2ª via – RM/UG-FuSEx; 3ª via - hospital; 4ª via - médico assistente.

_____, AC...../...../.....

_____ _____

Nome e assinatura do beneficiário Nome e assinatura do responsável pelo Hospital

ANEXO II ao Termo de Contrato para Clínicas Médicas Especializadas

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira / 1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

PEDIDO DE INTERNAÇÃO

Solicito ao Fundo de Saúde do Exército (FuSEx) autorização para tratamento do(a) paciente:

(Nome do Paciente) _____,

Nr do PREC CP ou matrícula do SIAPE _____no(a) ☐ Hospital ou ☐ Clínica:

(Nome da Instituição)_____.

Com Diagnóstico de: _____

CID:_____

Cujos principais sinais e sintomas são_____

Justificativa para
internação:_____

_____

Caráter da Internação: ☐ Eletiva ☐ Urgência/Emergência

Tipo de tratamento: ☐ Clínico ☐ Cirúrgico

	82. Descrição dos Procedimentos (tratamento)	83. Quantidade	84. Código AMB
85.	86.	87.	
88.	89.	90.	
91.	92.	93.	

Data da internação: ___/___/_____

Data da cirurgia: ___/___/_____ (se o tratamento for cirúrgico)

Previsão do tempo de hospitalização: _____

Materiais especiais?

☐ Não

☐ Sim, descrição:

_____

_____, AC___/___/_____

_____

(assinatura e carimbo do médico)

ANEXO III ao Termo de Contrato para Clínicas Médicas Especializadas

Lista – Índice de Glosa

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

(4ª Companhia de Fronteira / 1956)

(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

Tabela de Glosa do FuSEx			
1	Atendimento não caracterizando urgência	41	Material incluso no procedimento
2	Acomodação acima da autorizada	42	Material não coberto (ver relação anexa)
3	Atendimento por médico militar	43	Material não justificado para o caso
4	Cobrança de mais de 30% em dia e hora normais	44	Material não utilizado
5	Cobrança de 30% não caracterizado urgência ou emergência	45	Material reutilizável – pagamento parcial
6	Consulta inclusa no procedimento cirúrgico	46	Medicação não considerada de urgência
7	Curativo incluso no procedimento cirúrgico	47	Medicação em desacordo com a prescrição
8	Data de atendimento fora da sequência na planilha	48	Medicação em excesso
9	Data de atendimento fora da competência	49	Medicação não justificada para o caso
10	Diagnóstico ilegível	50	Medicação não prescrita
11	Diárias em excesso	51	Medicação não utilizada
12	Diárias fora da tabela acordada	52	Medicamento acima do preço de mercado
13	Documento sem assinatura/ carimbo do médico assistente	53	Medicamento não coberto
14	EPI de responsabilidade do prestador	54	Medicamento suspenso
15	Especialidade não autorizada	55	Paciente não é beneficiário FuSEx/PASS
16	Evento incluso no pacote acordado	56	Prescrição médica cm rasura ou ilegível
17	Evento que não comporta cobrança	57	Prestador descredenciado
18	Exame não prevê cobrança contraste	58	Procedimento/exames em excesso
19	Exame em laudo	59	Procedimento/exame incompatível com o diagnóstico
20	Exames/procedimentos não requisitados	60	Procedimento/exame em duplicidade
21	Falta de discriminação dos serviços	61	Procedimento/exame não coberto

	executados		
22	Falta do registro de evolução médica e/ou de enfermagem	62	Procedimento/exame não realizado
23	Fatura sem separar (FuSEx – PASS – Fator de Custo)	63	Prontuário/ficha/boletim ilegível
24	Filme –cobrança em desacordo com CBR	64	Prontuário/ficha/boletim rasurados
25	Guia/Ofício de encaminhamento ilegível	65	Retorno de consulta
26	Guia/Ofício de encaminhamento sem assinatura do paciente ou responsável	66	SADT/exames fora da tabela acordada
27	Guia autorizada para outro prestador	67	Sem autorização para procedimento ou exame
28	Guia de encaminhamento fora da validade	68	Sem diagnóstico
29	Guia não autorizada pelo FuSEx	69	Sem guia/ofício de encaminhamento
30	Guia autorizada para outro beneficiário	70	Solicitação médica com data rasurada
31	Guia autorizada para outro procedimento	71	Solicitação com data posterior ao exame
32	Guia sem carimbo de autorização	72	Solicitação médica com data vencida
33	Guia/Ofício de encaminhamento carbonados ou fotocopiados	73	Solicitação médica sem data
34	Honorários médicos fora da tabela ou em excesso	74	Soma errada – cálculo
35	Justificar cobrança	75	Taxas fora da tabela acordada
36	Material ou medicamento adquirido por familiar a seu critério	76	Taxas indevidas ou em excesso
37	Material acima do preço de mercado	77	Visita hospitalar em duplicidade
38	Material de alto custo sem nota fiscal	78	Visitas incluídas no procedimento cirúrgico
39	Material em excesso	79	Visita de especialista sem autorização prévia
40	Material fixo	80	Outros

ANEXO IV ao Termo de Contrato para Clínicas Médicas Especializadas

TERMO DE COMPROMISSO PARA ENTREGA DA GUIA DE ENCAMINHAMENTO

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira / 1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)
94.

Nome do titular do FUSEx: _____
Nome do dependente (paciente): _____
PrecCP_____
Especialidade atendida: _____
Data de atendimento: ___/___/___ Hora de emissão: ___/___/___
Telefone de contato do responsável: _____

Declaro que fui atendido(a), em caráter de URGÊNCIA e ou EMERGÊNCIA pelo Hospital_____, e me comprometo a providenciar em até 48 (quarenta e oito) horas ou 2 (dois) dias úteis, a contar da data do atendimento, a Guia de Encaminhamento (Autorização).

Estou ciente que o não cumprimento deste termo acarretará o pagamento integral das despesas realizadas, conforme Capítulo III da Urgência e Emergência previstas nas Instruções Reguladoras para Assistência Médico Hospitalar aos Beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (IR 30-38):

"Art. 20. O FUSEx não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não comprovada a urgência e (ou) a emergência ou não tenham sido cumpridas as providências previstas nos arts. 18 e 19 da IR 30-38."

Assinatura do beneficiário ou responsável

A ser preenchido pela Organização Civil de Saúde /OCS
Horário limite para a troca do tempo para a Guia autorizada do FUSEx_____ Srs. Beneficiários, a troca somente será realizada dentro do prazo e horários estabelecidos acima. Assinatura da recepcionista responsável pelo atendimento (legível) OBS: O hospital ficará com o termo original e o responsável pelo paciente ficará com a cópia a ser trocada.

Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual de Serviços Sem Dedicação Exclusiva de Mão de Obra

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

TERMO ENCERRAMENTO

Em razão da conclusão da instrução documental atinente ao processo administrativo NUP 65323.000060 /2026-72, cujo objeto é O credenciamento da **MENEZES E VITO SERVIÇOS MÉDICOS , de CNPJ 42.020.424/0001-68,** para prestação complementar de serviços de assistência médico-hospitalar na especialidade de ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EM PEDIATRIA E QUADRIL.

Em consequência que, que os respectivos autos sejam arquivados na seção de conformidade de registros de gestão da OM.

Rio Branco, AC, 26 de fevereiro de 2025.

LUCAS CALIXTO NOGUEIRA DA SILVA – Cap
Chefe da Salc